

**ESCOLA SUPERIOR DE TEOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA**

**ÉTICA NO ENSINO FUNDAMENTAL. CONTRIBUIÇÕES
PARA A FORMAÇÃO CIDADÃ**

SEBASTIÃO FLORES SARUDAKIS

São Leopoldo
2010

SEBASTIÃO FLORES SARUDAKIS

**ÉTICA NO ENSINO FUNDAMENTAL. CONTRIBUIÇÕES
PARA A FORMAÇÃO CIDADÃ**

Trabalho final de Mestrado Profissional para
obtenção do grau de Mestre em Teologia do
Programa de Pós-Graduação da Escola
Superior de Teologia.

Linha de pesquisa: Ética e Gestão.

Orientador: Prof. Dr. Valério G. Schaper.

**ESCOLA SUPERIOR DE TEOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA**

**São Leopoldo
2010**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S251e Sarudakis, Sebastião Flores

Ética no ensino fundamental: contribuições para a formação cidadã / Sebastião Flores Sarudakis; orientador Valério G. Schaper. – São Leopoldo: EST/PPG, 2011. 84 f.

Dissertação (mestrado) – Escola Superior de Teologia. Programa de Pós-Graduação. Mestrado em Teologia. São Leopoldo, 2011.

1. Ética. 2. Educação moral. 3. Educação – Filosofia. 4. Ensino fundamental – Brasil. I. Schaper, Valério Guilherme. II. Título.

DEDICATÓRIA

Para Terezinha Sarudakis e Joaquina Flores, pelo apoio incondicional.

AGRADECIMENTOS

Para a realização deste trabalho contei com a colaboração de muitas pessoas, bem como de instituições, às quais desejo expressar os meus agradecimentos.

Ao professor Dr. Valério G. Schaper, pela orientação paciente e segura. Seu estímulo constante e sua compreensão, principalmente nos momentos difíceis, foram essenciais à concretização deste trabalho. No entanto, as limitações que nele se encontram são inteiramente de minha responsabilidade.

À professora Vanessa Milani, amiga e companheira de formação. Sempre acreditou no meu potencial.

À Neuza Martins dos Reis, minha companheira extremamente comprometida e responsável pela minha tranquilidade na realização deste trabalho.

À Keynagila Kamila, minha filha amada, que com amor e saudade suportou a ausência do pai nos momentos em que dele mais necessitava.

Aos meus alunos, que por eles aceitei o desafio constante de minha formação.

Às Faculdades Integradas de Ariquemes (Fiar), que me apoiou financeiramente para a realização desta tão sonhada formação.

RESUMO

As questões éticas estão diretamente ligadas a atitudes vinculadas à concepção de um cidadão reflexivo. Urge um trabalho que visa a praticar a ética com crianças no ensino fundamental. Mas também se sabe que não é tão fácil assim. A ética no início do século XXI passa por questões delicadas quando instituições renomadas começam a ser dúvidas de suas ações e propostas de bem comum, logo o problema que norteia este trabalho vem ao encontro de uma dessas instituições no sentido de rever suas ações, fazendo uma análise de como começou esse processo e em que situação se encontra, portanto questionou-se como a ética na escola de ensino fundamental contribui para a formação cidadã e profissional futura. O objetivo deste trabalho é mais do que nunca demonstrar que as discussões e reflexões sobre a ética são urgentes no ensino fundamental, pois só assim se constituirá em elemento de base na formação do cidadão e na prática educativa futura. A primeira hipótese é se as implantações dos programas educativos no Brasil não contemplaram pressupostos da relação ética. A segunda hipótese transcorre pelo mundo da filosofia para saber se ela traz contribuições importantes para entender a dinâmica do processo de maturação do sujeito ético e saber se é possível estabelecer referências para a educação que tomem em consideração a formação integral da pessoa e sua competência como cidadã e profissional. O trabalho divide-se em três capítulos distintos e entrelaçados. O primeiro capítulo propõe-se, dentro de uma revisão histórica, a identificar nos diversos períodos e documentos a ausência da ética e/ou seus indícios positivos. O segundo capítulo procura analisar a contribuição de alguns filósofos para a concepção de formação, de homem e de sociedade, bem como o interesse de como usar esses exemplos para uma sociedade melhor. O terceiro capítulo propõe-se a mostrar estrategicamente como a intervenção educativa deve ocorrer preponderantemente no ensino fundamental e quais mecanismos e ações devem ocorrer para que ocorra uma formação de excelente qualidade, formando, nesta mesma intenção, cidadão e profissionais com o mesmo intuito.

Palavras-chaves: Ética, formação, competências, sociedade.

ABSTRACT

Ethical issues are straightly bonded to actions concerning to the conception of a reflective citizen. Although it is not an easy task, one that aims to practice ethics with children in primary school seems to be necessary. In the beginning of the 21st century, Ethics faces touchy issues in which famous institutions common wellness proposals are doubted and people considered ethical become a mean of anti-ethical conflicts. Political, business, institutional and social events cause astonishment e goes against ethic issues. The problem considered in this task is in variance with one of these institutions, in order to reconsidering its actions by doing an analysis of how this process started e in which situation it is now and in the occasion it was asked "How does ethics contribute to the professional and citizen development in primary schools?". Dealing with the task about ethics in primary school is justified in understanding that the man's development lays on the first age and there is not a preparation of the future. What is observed is that there is a preparation of the present, for the habits strongly mark the human behavior. We aim to demonstrate that the discussions and reflections about ethics in primary school are a crying need for building a base structure in citizen formation and in the future education praxis. This task deals with the hypothesis of bringing in education programs in Brazil without an ethics project. Another hypothesis derives from philosophy in order to observe if it offers important contributions to understand the ethical subject process dynamic and if it is possible to establish education references which consider the complete human development and its professional and social abilities. This paper is split in three distinct and bonded chapters. The first one intends to identify the ethics absence and/or its positive evidences in a variety of documents and periods of time within a historical revision. The second chapter intends to offer an analysis about the contribution of some philosophers to the man and society development conception, as well as the interest of how to use those examples for a better society. The third chapter intends to show strategically how the education mediation must occur mainly in primary school and which means and actions must be taken in order to allow the appropriate development of citizens and professionals.

Keywords: *Ethics, development, ability, society.*

LISTA DE SIGLAS

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

UNESCO – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 BREVE HISTÓRIA DO ENSINO FUNDAMENTAL NO BRASIL E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ÉTICAS.....	12
1.1 O Brasil Colônia: o começo de uma organização em busca de uma formação..	12
1.2 O Brasil Império: agora, sim! O que é formação?.....	13
1.3 Novos tempos, velhas ações e as mesmas indefinições com a formação humana.....	15
1.4 Novos agentes, documentos e novas percepções para velhos problemas. Tudo para recuperar o atraso na educação brasileira.....	17
1.5 Um fundo negro e agora o que é ético? E o que é sistema? Tudo se perde nada se conquista.....	18
1.6 A questão da ética na legislação do ensino fundamental.....	19
1.6.1 <i>O ser humano como passível de amadurecimento ético e as propostas educacionais.....</i>	<i>22</i>
1.6.2 <i>A construção da ausência da ética e as contribuições de Illich e Freire.....</i>	<i>24</i>
1.6.3 <i>A relação docente–discente como parte da formação ética.....</i>	<i>29</i>
2 DISCUSSÃO FILOSÓFICA SOBRE EDUCAÇÃO SUSCITADA POR ARISTÓTELES E AS CONTRIBUIÇÕES DE OUTROS FILÓSOFOS.....	32
2.1 Sobre a formação cidadã.....	32
2.2 Sobre a formação geral do ser humano.....	34
2.3 Acerca da sociedade.....	38
2.4 Sobre o mundo do trabalho.....	45
2.5 A questão da formação em Rousseau.....	51
2.6 A questão da formação em Adorno.....	54
3 FORMAÇÃO HUMANA E EDUCAÇÃO: CONCEITOS E CONTRIBUIÇÕES.....	56
3.1 Intervenção educativa no ensino fundamental com vistas à formação cidadã....	56
3.2 Legislação educacional brasileira: algumas considerações.....	62

3.3 Princípios norteadores da formação.....	64
3.4 Contribuições do Relatório da Unesco: “Os Quatro Pilares”	68
3.5 Educar para quê? Algumas contribuições.....	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
REFERÊNCIAS.....	81

INTRODUÇÃO

As preocupações éticas têm início desde as tenras organizações sociais. A discussão sobre quais princípios nortearão a formação e a sociedade, bem como o convívio de uma forma geral, torna-se vigente em todas as instituições que trabalham com o ser humano.

Todos acreditam que as instituições são protagonistas dos temas éticos como também se acredita que muitas instituições se perderam na concretização, encaminhamento e discussões acerca de práticas e resultados eficazes.

Logo o problema que norteia este trabalho vem do encontro a uma dessas instituições no sentido de rever suas ações, fazendo uma análise de como começou esse processo e em que situação se encontra, portanto questionou-se: “Como a ética na escola de ensino fundamental contribui para a formação cidadã e profissional futura?”.

A discussão deste trabalho sobre ética no ensino fundamental justifica-se por entender que a formação do homem está na primeira idade e não existe uma preparação futura. Percebe-se que existe uma formação para o presente.

O objetivo deste trabalho é mais do que nunca demonstrar que as discussões e as reflexões sobre a ética são urgentes no ensino fundamental, pois só assim se constituirá em elemento de base na formação do cidadão e na prática educativa futura.

A primeira hipótese é que as implantações dos programas educativos no Brasil não contemplaram pressupostos da relação ética. A segunda hipótese transcorre pelo mundo da filosofia para saber se ela traz contribuições importantes para entender a dinâmica do processo de maturação do sujeito ético, e saber se é possível estabelecer referências para a educação que tomem em consideração a formação integral da pessoa e sua competência como cidadã e profissional.

O trabalho divide-se em três capítulos distintos e entrelaçados. No primeiro capítulo propõe-se, dentro de uma revisão histórica, identificar, nos diversos períodos e documentos, a ausência da ética e/ou seus indícios positivos.

O segundo capítulo procura analisar a contribuição de alguns filósofos para a concepção de formação, de homem e de sociedade. Há interesse em usar esses exemplos para uma sociedade melhor.

No terceiro capítulo propõe-se mostrar estrategicamente como a intervenção educativa deve ocorrer preponderantemente no ensino fundamental e quais mecanismos e ações devem ocorrer para que ocorra uma formação de excelente qualidade, formando, nesta mesma intenção, cidadãos e profissionais com o mesmo intuito.

1 BREVE HISTÓRIA DO ENSINO FUNDAMENTAL NO BRASIL E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

A partir da pergunta “Como a ética na escola de ensino fundamental contribui para a formação cidadã e profissional futura?”, este capítulo apresenta um levantamento dos diversos estudos que, sob diferentes óticas, vêm tratando da constituição do sistema educacional brasileiro. O objetivo é compreender como esses estudos vêm captando e expressando a problemática da formação inicial, final e profissional e como as condutas éticas se relacionam com tais posições. Para essa compreensão faz-se necessário, inicialmente, um balanço de como essas pesquisas têm sido abordadas pelos pesquisadores do período colonial até a abertura política.

1.1 O Brasil Colônia: o começo de uma organização em busca de uma formação

A organização do sistema de educação e toda a sua estrutura confundem-se com o processo histórico de colonização do Brasil, bem como com o interesse dos seus colonizadores. Nessa época uns se preocupavam em extrair suas riquezas; outros, em expandir seus costumes e valores para o Novo Mundo ora descoberto.

Neste contexto surgem alguns pontos que dão características ao desenvolvimento educacional brasileiro e à noção do problema que repercutiu na formulação de políticas em todo o processo histórico, como, por exemplo, o interesse da Igreja por causa da Contrarreforma, cuja meta era expandir e fixar os valores do Catolicismo e seus dogmas. Aí já entra a questão da educação cristã.

No contexto histórico apresentado por Aranha¹ em seu livro *História da educação*, que também trata da pedagogia geral no Brasil, ela afirma que “a educação não constituía meta prioritária, já que o desempenho de funções na agricultura não exigia formação especial”.

¹ ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da educação*. São Paulo: Moderna, 1989. p. 33.

Mesmo assim, convém lembrar que as primeiras escolas “de ler e escrever”, fundadas pelos jesuítas, deram início às escolas elementares, secundárias, seminários e missões.

Observe-se que a preocupação dos jesuítas é a catequese dos índios, a educação dos filhos dos colonos, a formação de novos sacerdotes e da elite intelectual, além do controle da fé e da moral; nota-se que, mesmo sem um sistema educacional estruturado, nasce aí uma preocupação ética.

Convém lembrar que a moral e os valores a serem seguidos eram europeus, o que contradizia, eventualmente, os valores locais. Convém lembrar também o termo “aperfeiçoamento”² pela educação no processo de colonização no Brasil.

Perceba-se igualmente que, com a expulsão dos jesuítas, aconteceu o desmantelamento da estrutura educacional montada por não terem substituído o ensino regular por outra organização escolar³; somente treze anos depois, em 1772, seria implantado o ensino público oficial.

Mesmo assim, não se pode esconder, a partir de várias pesquisas de Lisboa (1993) e Pereira (1995), o meio século de decadência e transição, decorrente das mudanças impostas por Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal.

1.2 O Brasil Império: agora, sim! O que é formação?

Mesmo com uma forte crítica à educação laica, nasceram aí os “sistemas educativos nacionais” com intervenção do governo nas escolas particulares, legislação própria de controle, ação e uniformização. Alguns nomes clássicos que persistem até hoje na legislação educacional⁴: calendário escolar, o controle do tempo, o currículo, os procedimentos etc.

Entende-se que nesse período ocorreu o seguinte: “Deu-se uma grande expansão da rede escolar, não só em números de escolas, mas na ampliação da escola elementar, da rede secundária e superior, além da novidade da pré-escola”⁵.

² ARANHA, 1989, p. 166.

³ ARANHA, 1989, p. 191.

⁴ LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Leis n.ºs 4.024/1961, 5.540/1968, 5.692/1971 e 9.394/1996).

⁵ ARANHA, 1989, p. 201.

Novamente a questão de formação se sustenta: “Para a elite burguesa a formação clássica e propedêutica, enquanto para o trabalhador diferenciado da indústria e do comércio é reservada a instrução técnica”⁶.

Note-se que a questão de formação se restringe à formação antiga de velhos regimes e costumes para o mundo do trabalho. Nada ainda de formação humana para a vida.

Mas, em seguida, o objetivo de formar a consciência nacional e patriótica do cidadão molda um novo perfil de formação (a cívica), longe, porém, da formação humana para a vida toda.

Notadamente ainda não havia uma política de educação sistemática e planejada.

E agora, em 1808, a formação: “Para atender às necessidades do momento com a criação de escolas de níveis superior”.

Nota-se aqui também a dificuldade de sistematização dos dois primeiros níveis, por causa dos interesses elitistas da monarquia, que não se importava com a educação da maioria da população⁷.

A formação apareceu com novas roupagens: instrução pública, que resultaria a partir daí em lei nunca cumprida, mas, com uma diferença: o princípio de liberdade de ensino sem restrições e a intenção de instrução primária gratuita a todos os cidadãos.

A formação agora instituída por lei, no entanto, lamenta seu fracasso (ARANHA, *apud* XAVIER, 2006), ou seja, o ideal do ensino para todos torna-se inexecutável, mas seu caráter de regime político nacional e liberal caracteriza toda a luta por mudanças educacionais (educar homens livres, capazes de sustentar o novo sistema representativo).

Não se deve esquecer que toda essa estrutura mostra a participação de questões éticas em torno do processo histórico da organização do ensino no Brasil.

Nesse instante aparece outra situação de formação: “O parâmetro do ensino superior que determinava a escolha das disciplinas do ensino secundário, obrigando-o a se tornar propedêutico, destinado a preparar os jovens para os cursos superiores”⁸.

⁶ ARANHA, 1989, p. 201.

⁷ ARANHA, 1989, p. 222.

⁸ ARANHA, 1989, p. 224.

Convém também justificar a observação de Aranha (1989) de que a descentralização imposta pelo ato adicional de 1834 impedia a unidade orgânica do sistema educacional, com o agravante de deixar o ensino elementar para a incipiente iniciativa das províncias e com suas múltiplas e precárias orientações⁹.

É importante lembrar que as questões éticas se mantêm via orientações no sentido de querer o melhor para determinada sociedade.

Observe-se agora que com a reforma de Leôncio de Carvalho, lembrado como audacioso, estabeleceu normas para o ensino elementar, secundário e superior em 1879.

Lembre-se de que normas são características de procedimentos éticos, mas, após uma convenção com várias ideias para chegar-se a um consenso.

A discussão que vem à tona é sobre a interferência ou não do estado na educação que, desde a expulsão dos jesuítas, em muito atrasou a educação elementar no Brasil. Diga-se, de passagem, que na proposta de implantação da universidade no Brasil não se discutiu muito sobre as falhas da formação inicial.

1.3 Novos tempos, velhas ações e as mesmas indefinições com a formação humana

Percebe-se uma nova nomenclatura recheada dos mesmos problemas do passado, mas para o intuito de implantar ordem e disciplina foi fundamental o

[...] modelo de escolarização baseado na escola seriada, com normas procedimentos, métodos, instalações adequadas, como se constata com a construção de prédios monumentais para os estabelecimentos, sobretudo os grupos escolares¹⁰.

Note-se que a preocupação é com a estrutura da educação, com a parte concreta, e nada de formação humana, que servisse por toda a vida e para a vida.

A partir daí nascem novas preocupações: interesse pela formação de professores, consequência da descentralização do ensino fundamental, a escola normal.

⁹ ARANHA, 1989, p. 224.

¹⁰ ARANHA, 1989, p. 298.

Diga-se de passagem que o atraso da evolução da educação no Brasil é mais estrutural que intencional. Percebe-se então a nítida disputa de inserção social, em que quem tem mais posses se destaca e os demais se satisfazem com as sobras da educação.

Tem-se agora o primeiro confronto de formação. Nasce o desejo pela educação acadêmica e elitista, desprezando-se a formação técnica, considerada inferior novamente; o que se tem é uma ideia de escolarização e a extensão de vaga e nada de formação humana.

Perceba-se que já se está em 1890 e tem início uma nova reforma educacional, mas, mantido o contexto, conturbada, sem estrutura e sem poder de longo alcance, sobretudo, enfeitada por questões políticas e ideologias de Estado, em que ora se destaca uma ação, ora outra.

Lembre-se de que toda essa proposta de mudança se dá em torno do progresso, mas, só progresso material, pois de formação e ascensão humana ainda está distante.

Convém ressaltar na observação de Aranha (1989) “que mesmo os positivistas não tinham opinião unânime sobre o tipo de educação que se desejava implementar”¹¹.

Note-se que aparecem mais dois princípios na ressalva de Aranha (1989), “liberdade espiritual e liberdade de consciência”. Não conseguem, porém, sair da intenção para a ação. Assim como muitas propostas da Primeira República sequer foram implantados.

Apesar das brigas e tentativas de separar o ideal capitalista no sentido de uma crítica à ideologia burguesa e à diversidade educacional, nasceu aí outro princípio, necessário à formação e que veio posteriormente a adornar as mudanças em educação – está-se falando do princípio de *convivência*.

¹¹ ARANHA, 1989, p. 300.

1.4 Novos agentes, documentos e novas percepções para velhos problemas. Tudo para recuperar o atraso na educação brasileira

Deve-se ressaltar que o princípio de democratização e liberdade ainda é discurso dos reformadores. A concepção de valor para uns, porém, não é a mesma para outros, caindo-se novamente num dilema ético. Entre vários conflitos, o mais polêmico é a superação do caráter discriminatório e antidemocrático do ensino brasileiro.

Outra discussão apresentada pelos católicos da época é a defesa do ensino religioso por acreditarem que as escolas leigas “só instruem, não educam”¹². É bem efervescente a discussão sobre a moral cristã.

Outra questão importante a ser lembrada é que a reforma de 1930 visava à organização nacional, já que as reformas anteriores tinham sido estaduais.

Dá-se, enfim, uma lei que cuida da educação na vigência do Estado Novo. Com Gustavo Capanema nasciam as Leis Orgânicas do Ensino. A partir daí a Lei do Ensino Secundário, em seu art. 1.º, especificava que a finalidade desse ensino era “formar a personalidade integral do adolescente”¹³. E ainda, em seu art. 25, ressaltava: “formar as individualidades condutoras”.

Note-se que faz referência ao adolescente, e usa a expressão “formar a personalidade integral”; logo, pelo jeito, já se sabe quem vai financiar a educação e para quem é a educação e qual o resultado esperado.

O comentário que se tem sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (n.º 4.024/1961) é que já nascera ultrapassada, que envelhecera no correr dos debates e do confronto de interesses; entenda-se aí interesse individual e de grupos.

Enfim, uma concepção nova e profunda na busca de organização da educação básica, o movimento ora apresentado destaca a questão de “identidade nacional” com atuação crítica, desenvolvendo programas de conscientização ao lado de comunistas e socialistas, voltados para a construção de um novo país¹⁴.

¹² ARANHA, 1989, p. 304.

¹³ ARANHA, 1989, p. 307.

¹⁴ ARANHA, 1989, p. 312.

1.5 Um fundo negro e agora o que é ético? E o que é sistema? Tudo se perde. Nada se conquista

A partir daqui se tem um novo princípio que identifica a história da educação no Brasil, “o medo” legitimado pela ausência do direito e a contradição entre a ideologia política e o modelo econômico¹⁵ da época.

Mais uma vez esse período vem a colaborar na questão de intenção e ação que independem, mas em muitos casos são totalmente avessos. Uma coisa é pensar o que se quer, outra é poder fazer o que se quer.

Encontram-se aí novos princípios que desabonam a conduta e a luta histórica de muitos que queriam tirar o atraso do Brasil. É vergonhoso que se teve que passar nesse período uma reforma autoritária, vertical e domesticadora; era assim a ascensão que os militares queriam para seu povo.

Querendo ou não, a reforma militar teve princípios. Não se descaracterizou das propostas anteriores, mas o jeito de efetivar-se é que assusta e assola a sociedade, lembrando que vários países passam por esse momento de ferro e chumbo.

Até o princípio de contradição nasce nesse período. Cria-se pós-graduação, unificam-se faculdades em universidades. Duas reformas são feitas para, nada mais e nada menos, aceitar as regras sem nenhum comentário ou não aceitação das ordens estabelecidas.

E assim se justifica tal situação com a Lei n.º 5.692/1971:

[...] o ensino de 1.º e 2.º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania¹⁶.

Amplia-se a organização do processo de escolarização, tem-se uma preocupação com a conclusão das séries para o indivíduo, somente não deixam, porém, o critério de escolha, pois a ditadura faz e pensa pelo cidadão.

¹⁵ ARANHA, 1989, p. 313.

¹⁶ ARANHA, 1989, p. 318.

1.6 A questão da ética na legislação do ensino fundamental – qualificação para o trabalho

O art. 32 da Lei n.º 5.692/1971 trata especificamente do objetivo do ensino fundamental, que é a formação básica do cidadão, mediante:

o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio de leitura, de escrita e de cálculo;

- I. a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- II. o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição do conhecimento e as habilidades e a formação de atitudes e valores;
- III. o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e da tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Coragem para mudanças e ações eleitoreiras diferencia-se a partir das perspectivas de avanços e recuperação do tempo perdido.

Princípios que nortearam a discussão e efetivação da nova Constituição¹⁷:

- Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.
- Ensino fundamental obrigatório e gratuito.
- Atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos.
- Acesso ao ensino obrigatório e gratuito como direito público subjetivo.
- Valorização dos profissionais do ensino.
- Autonomia universitária.
- Aplicação anual pela União de nunca menos de 18% e pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de 25%.
- Plano Nacional de Educação, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis.

Neste sentido percebe-se um novo princípio, o de “inclusão”, que muito faltava em reformas anteriores, notadamente nas políticas, e a ascensão social sempre fora discriminatória. Sendo assim, mal-entendido ou bem entendido, cria-se

¹⁷ Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988.

o acesso a várias classes desprivilegiadas. Essa questão até agora não tem um desfecho que agrade a todos.

Nesse cenário de avanços e ranços acontece um reducionismo do papel da educação por causa de estranhos interesses, ou seja, os vários empréstimos e a dependência das instituições financiadoras de projetos de reforma ditam as regras e ações a serem cumpridas, bem como o retorno de seu investimento com juros e correções. Daí, o resultado do discurso capitalista de uma educação como mercadoria e o descrédito descabido em relação à remuneração à pesquisa.

Entende-se também que, quando houver desenvolvimento e formação, haverá uma intenção, mesmo que em muitos casos a ação não se concretize.

E graças a esse embate entre bem e mal, ascensão e decadência, mandados e comandados, surgem convenções que delimitam o que deve melhorar e ampliar justamente para beneficiar o bem humano. Então se entende que as discussões éticas estão em todos os momentos da organização brasileira como nação ou colônia, emergente ou desenvolvida.

Procurando as falas, ações e propostas sobre ética na Educação Básica, depara-se com a posição dos objetivos e fins sobre formação e escolaridade nas constituições brasileiras.

Piletti confirma que “todas as constituições do Brasil fizeram algumas referências por mínima que fossem ao problema da educação”¹⁸.

No comentário de Piletti sobre a Constituição de 1824, afirma-se que D. Pedro I, em 25 de março de 1824, não chega a mencionar a escolaridade obrigatória. Limitou-se a estabelecer que a “instrução primária é gratuita a todos os cidadãos”¹⁹ (art. 179, XXXIII). Isto é, estabeleceu o princípio da gratuidade, mas esqueceu-se da obrigatoriedade. Sobre a Constituição de 1891, no período republicano, Piletti afirma que inclui tanto a obrigatoriedade quanto a gratuidade do ensino primário.

Continua ainda válida sua afirmação de que não há referência explícita à faixa etária e de que o ensino primário seria obrigatório, embora se diga que ele deveria ser estendido aos adultos. Isto significaria que o ensino primário era obrigatório para todas as crianças e adultos.

¹⁸ PILETTI, Nelson. *Estrutura e funcionamento do ensino fundamental*. São Paulo: Ática, 2004. p. 53.

¹⁹ PILETTI, 2004, p. 55.

Já a Constituição de 1937, em seu artigo 130, determina: “o ensino primário é obrigatório e gratuito”; também aqui não há menção à faixa etária. Pode-se pressupor que a obrigatoriedade seria de cinco anos, que era a duração do ensino primário da época.

Comentando o tema, Piletti lembra que a Constituição 1946, em seu artigo 168, determina que:

- I – O ensino primário é obrigatório e será dado na língua nacional.
- II – O ensino primário oficial é gratuito para todos e o ensino oficial ulterior ao primário sê-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos²⁰.

A Constituição de 1967, segundo Piletti, é a primeira a fazer referência explícita à faixa etária: “O ensino dos 7 a 14 anos é obrigatório para todos e gratuito nos estabelecimentos primários oficiais”²¹ (art. 168, § 3.º, II).

Outra questão que Piletti salienta é a da Emenda Constitucional n.º 1, de 17 de outubro de 1969, que trocou o lugar do adjetivo “primário”²²; na verdade, a situação parece ter permanecido inalterável, pois a obrigatoriedade continuou em relação ao ensino primário, ou seja, em mínimo de quatro anos.

A faixa etária simplesmente parece indicar que, depois dos catorze anos, o ensino primário deixa de ser obrigatório.

Piletti quer justificar que a verdadeira extensão dos anos de obrigatoriedade escolar só viria com a Lei n.º 5.692/1971, que institui o ensino de 1.º grau com oito anos de duração. E, para efeito de obrigatoriedade, entendeu “por ensino primário a educação correspondente ao ensino de 1.º grau”²³ (art. 1.º, ss).

Piletti comenta: “Só a obrigatoriedade legal de frequência à escola não basta. É necessário que o professor fale uma linguagem que possa ser entendida pela criança, para que esta permaneça na escola e tire proveito dela”²⁴.

O resgate histórico das legislações entendida como Carta Magna, lei máxima na Federação, apresentada por Piletti, é uma tentativa de situar o nascimento das relações éticas com a instituição escolar.

Barros (1998) ajuda na reflexão quando afirma que:

²⁰ PILETTI, 2004, p. 31.

²¹ PILETTI, 2004, p. 38.

²² PILETTI, 2004, p. 42.

²³ PILETTI, 2004, p. 46.

²⁴ PILETTI, 2004, p. 52.

[...] o que torna a educação possível e necessária é o fato da modificabilidade humana, o homem é um ser que se transforma, não a transformação meramente exterior, crescimento ou decadência, que próprio do vivo em geral, mas a transformação interior, que faz dele um ser histórico²⁵.

1.6.1 O ser humano como passível de amadurecimento ético e as propostas educacionais

A preocupação em situar a ética no sistema escolar da educação básica é justificar “os princípios gerais que deverão nortear o ensino específico deste ou daquele grau”²⁶.

Outra situação que se deve ressaltar é que a educação relacionada à formação humana está recheada de regras, princípios e valores que dão condição à liberdade humana.

O próprio sistema educacional brasileiro e sua organização são regidos por princípios que norteiam e organizam a entrada, a permanência e a trajetória do aluno na sua formação.

De acordo com o artigo 3.º da Lei n.º 9.394/1996, o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I. igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II. liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III. pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV. respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V. coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI. gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII. valorização do profissional da educação escolar;
- VIII. gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX. garantia de padrão de qualidade;
- X. valorização da experiência extraescolar;

²⁵ MENESES *et al.* *Estrutura e funcionamento da educação básica – leituras*. São Paulo: Pioneira, 1998. p. 48.

²⁶ BARROS. *In*: MENESES *et al.*, 1998, p. 21.

XI. vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

O que se percebe é que a trajetória escolar exige uma qualidade, uma condição, uma finalidade para a inclusão do indivíduo no sistema escolar, mas pouco ou quase nada se entende sobre tal prática.

Piletti acrescenta que esta lei avançou em relação às anteriores tanto no que diz respeito a uma nova e mais significativa formação de princípios já consagrados, como também no que se refere à inclusão de novos princípios como resultado de novas exigências da sociedade, particularmente daqueles setores que se dedicam ao processo educacional.

Sendo assim, percebe-se o quanto a ética está envolvida nas questões escolares do indivíduo com a instituição e a sociedade e o que espera do seu processo de formação, de como ele vai atuar e intervir na sociedade, ou seja, melhorar a relação humana e o próprio indivíduo é condição primordial da ética e sua manifestação no cenário educacional.

É o princípio da liberdade, não só no sentido de liberdade de pensamento e de expressão, mas agora, com a liberdade de aprender, de pesquisar, a tolerância e a aceitação da liberdade dos outros²⁷.

E para a valorização do profissional da educação escolar é fundamental o pagamento de salário condizente com a dignidade humana.

A questão central é a dignidade humana, as consequências e o resultado da sociedade, ou seja, lazer, saúde, trabalho, sorriso, amor, amizade.

Quanto à questão democrática do ensino público, é um princípio novo na legislação educacional, e sua importância cresce à medida que se sabe que, sem a participação de toda a sociedade – comunidade, alunos e educadores –, nunca haverá uma escola que atenda às necessidades e aos interesses da maioria da população.

E, por fim, outro ponto fundamental desse contexto é a valorização da experiência extraescolar.

Um educando somente cresce e se desenvolve com base em suas experiências anteriores, tanto intra como extraescolar, desde que encontre na escola condições favoráveis e estímulos adequados²⁸.

²⁷ PILETTI, 2004, p. 65.

²⁸ PILETTI, 2004, p. 66.

A questão pessoal, a realidade do dia a dia e a preocupação de sua vida com a responsabilidade pessoal devem estar vinculadas com a questão e as novas atitudes que são exigidas para a sociedade.

Continuando a questão de como a ética surge no sistema educacional brasileiro, convém analisar o artigo 2.º da Lei n.º 9.394/1996, que estabelece: “a educação (...) tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Percebem-se as condições expostas pela Lei: o pleno desenvolvimento do educando, em que tenta valorizar as ações e as perspectivas de tomada de decisão e formação do educando; preparo para o exercício da cidadania, cidadania entendida como ação criteriosa do dever e direito.

1.6.2 A construção da ausência da ética e as contribuições de Illich e Freire

Tendo como bases os escritores Paulo Freire e Boaventura de Souza Santos, para estudos, análise e pesquisas que abordam o tema da ética, percebe-se que o que é proposto é de fundamental importância para nortear a educação no Brasil, pois ao longo dos anos nunca se pensou no ser humano como um indivíduo, mas, sim, como um objeto que seria usado apenas para poder suprir uma necessidade de uma sociedade heterônoma.

A implantação dos programas educativos no Brasil não contemplou pressupostos da relação ética, pois há ausência de elementos éticos na educação brasileira. O livro *A sociologia das ausências*, do escritor Boaventura Souza Santos, apresenta um conceito de emancipação social e a necessidade de reinventá-lo, pois os programas educativos que foram implantados no Brasil foram produzidos por interesses que não contemplaram pressupostos éticos.

Observando a atual conjuntura da educação brasileira, nota-se a urgência de reavaliar o processo educacional, visando a elementos éticos na formação do ser humano: “A necessária promoção da ingenuidade a criticidade não pode ou não

deve ser feita a distância de uma rigorosa formação ética ao lado sempre da estética”²⁹.

Segundo Paulo Freire, “a educação é uma prática política e pedagógica, não há educação neutra, a educação é um ato político, os educadores necessitam construir conhecimentos com seus alunos, tendo como horizonte um projeto político da sociedade”³⁰.

E continua insistentemente: “[...] a prática educativa tem de ser, em si, um testemunho rigoroso de decência e de pureza”³¹.

Sabe-se que a política é de fundamental importância na organização social, e não seria diferente na educação, mas para alcançar os objetivos desejados tem-se que agir pautado na ética e no cuidado.

Os professores são, portanto, profissionais da pedagogia da política, da pedagogia da esperança. Freire defende a ideia de que a educação não pode ser um depósito de informações do professor sobre o aluno. Esta pedagogia “bancária”, segundo Freire, não leva em consideração os conhecimentos e a cultura dos educadores.

Respeitando-se a linguagem, a cultura e a história de vida do educando, pode-se levá-lo a tomar consciência da realidade que o cerca, discutindo criticamente conteúdos. Portanto, jamais poderão ser desvinculados da vida.

A base da pedagogia de Paulo Freire é o diálogo libertador e, não, o monólogo opressivo do educador sobre o educando. Agindo desta forma, certamente estará agindo com ética.

Ao descobrirem-se como produtores de cultura, os homens veem-se como sujeitos e, não, como objetos da aprendizagem. Assim, a educação, segundo Freire, deve ter como objetivo maior desvelar relações opressivas vividas pelos homens, transformando-os para que eles transformem o mundo.

Freire explica suas razões para analisar a prática pedagógica do professor em relação à autonomia do ser e do saber do educando. Enfatiza a necessidade de respeito ao conhecimento que o aluno traz para a escola, visto ser ele um sujeito

²⁹ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 21. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p. 19.

³⁰ FREIRE, 1996, p. 20.

³¹ FREIRE, 1996, p. 25.

social e histórico, e da compreensão de que: “Formar é muito mais do que puramente treinar o educando no desempenho de destrezas”³².

Freire define essa atitude como ética e defende a ideia de que o educador deve buscar essa ética, essencial ao trabalho docente. Para Freire deve-se lutar pela ética educativa.

Boaventura de Souza Santos defende os fundamentos e as novidades que permitam aprofundar como possível base política e epistemológica para pensar o projeto educativo, que desempenhem caminhos possíveis da luta contra a dominação social e realizem um trabalho com vista à ampliação da democracia social, emancipação social.³³

Na “sociologia das ausências” percebe-se a falta de ética pelas coisas que são consideradas improdutivas, produzindo ausências. Além da sociologia das ausências, é também uma “sociologia das emergências”, que surge para fazer frente à razão sociológica tomada em seu sentido tradicional, buscando identificar os sinais já existentes como possibilidade de futuro.

Uma cultura política emancipatória apresenta os fundamentos da produção teórica nas ciências sociais. A sociologia das emergências busca trocar indicadores seguros por pistas incipientes, propondo para pensar a realidade como aquilo que não existe mais está emergindo, de um pequeno movimento, uma pequena ação coletiva, vislumbrando, não um futuro abstrato, mas, daquele do que se têm indícios, presentificando o futuro. A sociologia das ausências é um procedimento transgressivo e insurgente para tentar mostrar que o que não existe é produzido ativamente como não existente.

Percebe-se que no sistema educacional brasileiro a falta de ética tem dificultado as relações entre escola e sociedade, pois as pessoas agem por diversos interesses. Essa ausência da ética interfere na educação. Muitos programas educativos que foram implantados no Brasil não contemplam a relação com a ética.

A educação brasileira necessita com urgência pôr em prática essas teorias, e pensar em ética e seus indícios positivos, que exigem respeito, criticidade, aceitação do novo, consciência, autonomia, respeito, bom senso, humildade, tolerância, liberdade e esperança, entre outros.

³² WALTER, 2006, *apud* FREIRE, 1996, p. 15.

³³ “Boaventura realiza ao mesmo tempo um debate teórico e a tematização ética e política de questões atuais”. SOARES, *apud* SANTOS, 2007, p. 47.

Não se deve esquecer que o cuidado é um dos pressupostos éticos na educação, pois ele é necessário para os relacionamentos, e a ética deve ser o objeto do cuidado:

A atitude de aceitação afetuosa e de confiança é importante em todos os relacionamentos de cuidado [...] professores-alunos [...] por meio da apreensão do cuidado por parte do objeto do cuidado. Quando essa atitude está ausente, a pessoa que é o objeto do cuidado sente-se como um objeto. Quando essa atitude está presente e é reconhecida, aumenta a motivação natural para a eficácia.³⁴

Adquirir uma percepção ética é muito importante para não perder a sensibilidade, e assim se dotar de uma consciência transformadora, enxergando o outro, não como um mero objeto, mas, como um ser que age com autonomia, que questiona e que toma decisões que mudam a implantação dos programas educativos no Brasil.

Segundo Illich,

O fato de a escolaridade ser obrigatória só agrava a situação. Aqueles que não se conseguem adaptar aos temas curriculares obrigatórios e aos métodos de ensino vigentes arrastam-se durante anos na escola, nada aprendem de válido, perdem a sua auto-estima. Quando finalmente deixam a escola, os alunos não estão preparados para ingressar no mundo do trabalho.³⁵

É imprescindível citar a temática aluno, pois é ele a essência do aprender. São visíveis o desinteresse e a desmotivação dos alunos em relação ao aprendizado; daí a importância do preparo da escola para recebê-los e formar cidadãos para a inserção na sociedade. O aluno irá sofrer com as consequências no mercado de trabalho, pois não teve formação específica, sem certificação escolar, ainda que mínima, e não ocorreu a valorização do ensino quando era necessário.

Conforme Illich,

Os alunos estão sujeitos a currículos extensos e repetitivos, dados de forma demasiado rápida e superficial. Os professores, já habituados a esta rotina, não dão a possibilidade de aprofundar um ou outro tema que mais interesse os alunos, nem são capazes de atender às necessidades específicas de cada aluno. A escola passa assim a ser um local de desigualdades e de conflitos, uma vez que alguns se adaptarão melhor do que outro.³⁶

³⁴ NODDINGS, Nel. *Uma abordagem feminina à ética e à educação moral*. O cuidado. Ed. Universidade Vale do Rio dos Sinos, 2002. p. 109.

³⁵ ILLICH, Ivan. *Sociedade sem escolas*. Petrópolis: Vozes, 1977. Título original: *Deschooling society* (New York: Marion Boyars, 1971). p. 9.

³⁶ ILLICH, 1974, p. 10.

Para Illich o atual sistema educativo converteu-se num sistema burocrático, hierarquizado e manipulador, tendo como funções primordiais a reprodução e o controle das relações econômicas. “Por toda a parte, o aluno é levado a acreditar que só um aumento de produção é capaz de conduzir a uma vida melhor”³⁷.

A educação de certa maneira é um *negócio*, em que para que esta *empresa* se desenvolva é preciso investimento para que se obtenham bons resultados e alcance dos objetivos: excelente qualidade. O aluno tem que ser levado a pensar sobre esta importância e os reflexos para o seu futuro.

Illich defende que, “apesar de muitas pessoas terem já consciência da ineficácia e da injustiça patentes no sistema educativo moderno, não são ainda capazes de imaginar alternativas nem de conceber uma sociedade desescolarizada”³⁸.

Percebe-se claramente que a classe educacional, na maioria das vezes, faz críticas, identifica o problema, mas não propõe soluções cabíveis para que realmente se concretizem as ideias e propostas, que beneficiem a escola em geral e principalmente o rendimento escolar. O docente precisa ser otimista e persistente quanto aos seus objetivos.

Illich afirma que “Todas as pessoas têm a possibilidade de comunicarem os seus conhecimentos, tornando-os acessíveis e disponíveis a todos os interessados, com vista a aumentar e a multiplicar as oportunidades quer de aprender, quer de ensinar”³⁹.

É papel da escola, incluir todos e oferecer acessibilidade sem distinção, mas é preciso que haja assistência, preparação e apoio governamental. O aluno tem que ser visto como um todo, respeitar a sua bagagem de conhecimento, suas habilidades e dificuldades. Ele deve ser o ponto chave para a mudança, e o professor deve estar apto a provocar transformações tanto no ambiente físico, como na metodologia utilizada, recursos, apoio pedagógico, autonomia e outros.

Atualmente o aluno vive num ambiente com muitos atrativos (computador, por exemplo), o que deixa o âmbito educacional em segundo plano. Muitas vezes ele não percebe o real valor da educação. A desmotivação é presente. A escola

³⁷ ILLICH, 1974, p. 10.

³⁸ ILLICH, 1974, p. 11.

³⁹ ILLICH, 1974, p. 17.

deixa a desejar e surgem outros agravantes que afetam o processo de desenvolvimento desse aluno.

Assim, o discente precisa buscar o fundamento do ensino em sua vida e seu futuro, aliado à participação dos pais, para que possa dessa maneira obter um bom desempenho.

Freud ainda diz que: “A educação seja o processo através do qual o indivíduo toma a história em suas próprias mãos, a fim de mudar o rumo da mesma”⁴⁰.

1.6.3 A relação docente–discente como parte da formação ética

Os docentes mais do que nunca se sentem doentes diante de tantos agravantes, mas é preciso acreditar, pois ele, o aluno, é o futuro da sociedade. Não se pode desistir. O docente tem que se preparar para as mudanças globais, conhecer seus alunos, inovar, aprender, conhecer seu comportamento e principalmente, suas habilidades. É preciso desafiá-los.

É imprescindível estudar e aliar-se a uma corrente filosófica, pois é ela basicamente que forma o senso crítico, leva o ser humano a refletir sobre tais ações humanas, sujeitando-se a dialogar com os próprios pensamentos e, por fim, formulando os pensamentos. As correntes filosóficas têm sua formação a partir da realidade e, desde o momento em que o ser começa a analisar e construir suas ideias, ele dá início a transformações em seu meio, o que provoca melhorias tanto no eixo educacional quanto no social.

Vive-se em um mundo com fortes influências opressoras (mídia, religião, política, educação, sociedade), daí o fundamento de teorias para poder analisar e buscar o equilíbrio na vida em geral.

Segundo Freire, “Na ação educativa libertadora, existe uma relação de troca horizontal entre educador e educando exigindo-se nesta troca atitude de transformação da realidade conhecida”⁴¹.

⁴⁰ Freud, Sigmund. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Edição Standard Brasileira. Traduzido do alemão e do inglês sob a direção geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 45.

Para que se alcancem resultados no processo de ensino, é necessário que haja esta troca mútua de conhecimento e respeito, também entre professor/aluno. É importante ainda que o professor conheça a realidade deste aluno, tanto quanto ao conhecimento que já possui como o meio em que vive. Baseado nesses critérios, o docente busca estratégias para aperfeiçoar sua didática de ensino.

Freire diz ainda que “A educação libertadora é acima de tudo uma educação conscientizadora, na medida em que além de conhecer a realidade, busca transformá-la”⁴².

Além desses fatores, o docente não pode deixar de destacar em sala, conteúdos, situações da atualidade, para que os alunos possam sentir-se incitados e busquem as respostas, tendo consciência crítica e transformadora diante da realidade. Não se pode esquecer que o diálogo é fundamental para que ocorra esse desenvolvimento, pois educadores e educandos se fazem sujeitos desse processo.

Não se pode deixar de ressaltar que o professor como mediador precisa ser um profissional social e político, tomando partido e não sendo omissos, utilizando a educação como instrumento de luta, despertando na sociedade a consciência crítica, que supere o senso comum.

Nota-se que a maneira mais cabível e acessível para todos terem um futuro melhor é o caminho da educação, com apoio dos nossos representantes, da comunidade, dos setores em geral.

Sabe-se que é preciso provocar essas transformações, mas os professores de hoje se encontram totalmente desmotivados, doentes, sem perspectivas de melhora em longo prazo. Um sentimento, no entanto, fortalece os professores dia a dia para persistir num amanhã melhor: a esperança. A esperança de sempre acreditar que existem pessoas capazes de provocar mudanças, de renovar e lutar.

Assim, Freire afirma:

Nessa perspectiva, entende-se que se tenham condições de se proteger contra a exploração das classes dominantes, se organizando para a construção de uma sociedade melhor, menos excludente, e realmente democrática. Não se pode esperar que tal organização brote espontaneamente, mas sim por meio da educação que pode caminhar lado a lado com a prática política do povo. Sendo assim, o profissional da educação assume aqui um papel, sobretudo político.⁴³

⁴¹ FREIRE, 1996, p. 47.

⁴² FREIRE, 1996, p. 50.

⁴³ FREIRE, 1996, p. 52.

Assim, percebe-se que o futuro educador tem que refletir sobre qual profissional deseja ser. É necessário passar a admirar este ser que se dedica, que sofre, cansa-se, mas que, depois de uma jornada de trabalho, vê seus esforços compensados com um sorriso, um muito obrigado por acreditar nele.

Neste primeiro capítulo nota-se realmente a falta de pressupostos éticos na implantação dos programas educativos no Brasil. Apresentou-se discussão sobre essas falhas e propõe-se, no próximo capítulo, a explanação de fundamentos para perceber que a filosofia e seus renomados filósofos contribuíram para o entendimento do processo de formação do sujeito ético.

2 DISCUSSÃO FILOSÓFICA SOBRE EDUCAÇÃO SUSCITADA POR ARISTÓTELES E AS CONTRIBUIÇÕES DE OUTROS FILÓSOFOS

Ao questionar a ética em relação às suas contribuições para a questão de formação, relacionada à educação ou formação humana, o autor deste trabalho permite-se escolher para abrir este capítulo a contribuição de Aristóteles em *A ética a Nicômaco*.

Aristóteles mostra também que existem dois tipos de virtude: a intelectual e a moral, sendo a primeira sujeita a ensino e a segunda, adquirida com a experiência.

Segundo Aristóteles, ética é uma palavra que pode ser definida como a ciência da conduta. Designa as concepções morais nas quais um ser humano tem fé.

2.1 Sobre a formação cidadã

A principal finalidade dessa ciência é fazer com que os cidadãos sejam bons e capazes de nobres ações.

O indivíduo está sempre desejando alcançar um objetivo, e esse objetivo ao final será o bem, identificado nas coisas particulares. É considerado como autossuficiente, no sentido de que torna a vida desejável e carente de nada. A felicidade é uma atividade, governada pelo princípio racional do homem. A felicidade é alcançada por meio de atos/atitudes nobres: “O homem feliz parece necessitar também dessa espécie de prosperidade; e por essa razão, alguns identificam a felicidade com a boa fortuna, embora outros a identifiquem com a virtude”⁴⁴.

O ser humano deve ser educado com bons hábitos desde pequeno. O homem bem educado tem conhecimento de princípios/valores ou pode vir a conhecer com mais facilidade, enquanto o que não é educado nem tem conhecimento nem é capaz de conhecer.

⁴⁴ ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Atlas, 2009. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%89tica_a_Nic%C3%B4maco>. Acesso em: 9 out. 2010. p. 27.

Com as virtudes dá-se fato semelhante. É pelos atos que se pratica e nas relações com seus semelhantes que o homem se torna justo ou injusto. Por isso, faz-se necessário estar atento para as qualidades dos próprios atos; tudo depende deles. Desde a infância existe a necessidade de habituar-se a praticar atos virtuosos.

Por isso, como diz Platão, “deveríamos ser educados desde a infância de maneira a nos deleitarmos e de sofrermos com as coisas certas; assim deve ser a educação correta”⁴⁵.

Também nas virtudes o excesso ou a falta são destrutivos, porque a virtude é mais exata que qualquer arte. Para tudo que existe no mundo há uma razão de existir, inclusive o comportamento humano, ou seja, como todo ser humano tem direito à liberdade de expressão, conseqüentemente ele também é responsável pelos seus atos.

Neste sentido toda ação humana tem um objetivo. Agora, saber se esse objetivo é do mal ou do bem depende de cada um, porque, às vezes, o que é bom para alguns talvez seja ruim para outros.

Por mais absoluto, sagrado e inviolável que seja, não passa nem pode passar além dos limites das convenções gerais e que todo homem pode dispor plenamente da parte de seus bens e da liberdade que lhe foi conferida por essas convenções.⁴⁶

Ao questionar-se Aristóteles sobre a ética em relação às suas contribuições para a questão humana – princípios morais, virtude e felicidade –, pode-se chegar à seguinte definição: o modo de os seres humanos agirem, respeitando as escolhas e as ações das outras pessoas⁴⁷.

Segundo Aristóteles, a virtude não é uma habilidade que já vem inserida nos seres humanos; só pode ser adquirida pela prática de boas ações, ou seja, vem de uma boa educação e exemplos de boa conduta, que vem sendo exemplificados pela família, e a ética tem por finalidade um bem pessoal, logo depende de cada um agir com princípios. “O homem que foi bem educado já conhece esses princípios ou pode vir a conhecê-los com facilidade”⁴⁸.

⁴⁵ ARISTÓTELES, 2008, p. 43.

⁴⁶ ESPÍNDOLA, Arlei de. *Jean-Jacques Rousseau, o Contrato Social, e as bases do corpo político*. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2008. p. 52.

⁴⁷ “[...] toda ação e toda escolha visam a um bem qualquer.” ARISTÓTELES, 2008, p. 17.

⁴⁸ ARISTÓTELES, 2008, p. 20.

Nunes⁴⁹ lembra-se dos gregos com sua primeira concepção da formação da personalidade que abrangia o desenvolvimento dirigido das potencialidades, físicas e espirituais do homem.

Com efeito, a excelência moral relaciona-se com prazer e sofrimento; é por causa do prazer que se praticam más ações e, por causa do sofrimento, que se deixa de praticar ações nobres. Com isso há a crença de que se deve dar importância ao que realmente tem importância. Por isso, como diz Platão, citado por Aristóteles, “deveríamos ser educados desde a infância de maneira a nos deleitarmos e de sofrermos com as coisas certas: assim deve ser a educação correta”⁵⁰.

2.2 Sobre a formação geral do ser humano

Deve-se dar atenção ao problema das relações entre os indivíduos, sendo capaz de dirigir bem a vida, deliberando de modo correto o que seja bem ou mal para si. Sobre a vida reflete muito bem Aristóteles: “Das coisas a mais nobre é a mais justa e a melhor é a saúde, a mais doce, porém, é ter o que amamos”⁵¹.

Ações humanas em geral, principalmente as ações belas e justas, sempre causam desconfianças e polêmicas, mexendo com os mais variados tipos de opiniões.

Expressar opiniões faz parte da natureza humana, além disso todo ser humano tem a liberdade e o direito de manifestar seus pensamentos. A desconfiança em torno dessas ações é tanta, que levam algumas pessoas a pensarem que elas são praticadas apenas por interesse próprio ou algum tipo de vantagem.

É claro que pessoas interesseiras existem. Entretanto, também existem pessoas que praticam boas ações por solidariedade com o próximo. O ser humano deve sempre procurar praticar boas ações, pois as más ações, além de prejudicarem o próprio autor, uma vez que a sua moral estará comprometida,

⁴⁹ NUNES. Paulo de Almeida: *Educação lúdica – o prazer de estudar técnicas e jogos pedagógicos*. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

⁵⁰ ARISTÓTELES, 2008, p. 43.

⁵¹ ARISTÓTELES, 2008, p. 30.

dependendo da gravidade da ação até a sua liberdade, prejudicam também a sociedade, causando-lhe transtornos, tais como a desconfiança, quando ninguém confia em ninguém, o que conseqüentemente leva a desavenças e ao ódio, podendo chegar ao extremo da violência.

Por isso o ser humano deve sempre praticar boas ações, visando a um bem maior, um mundo mais humano e, mesmo que algumas pessoas duvidem das boas intenções de ações belas e justas, mais tarde essas mesmas pessoas ficarão gratas, pois cedo ou tarde essas boas ações se refletirão de forma positiva perante a sociedade.

Sendo assim, boas ações atraem boas ações, por isso a contribuição da ética, nesse caso, vem para transformar as pessoas em seres humanos mais humanos, ou seja, mais solidários. Também contribui na questão da confiança, fazendo com que as pessoas passem a confiar mais umas nas outras e conseqüentemente na formação de uma sociedade mais harmoniosa e justa.

Outra contribuição é sobre a felicidade. Trata-se de um sentimento de satisfação pessoal, em que a pessoa se sente realizada interiormente, ou seja, feliz. No entanto, a busca pela tão sonhada felicidade nunca tem fim, uma vez que o ser humano é um ser inconformado, pois nunca está suficientemente satisfeito com nada; ele sempre quer mais e mais. Por exemplo, uma pessoa que quer muito arrumar um emprego; ela faz promessas, entrega currículos, reza para ser selecionada para a entrevista, depois reza de novo para ser aprovada na entrevista e, quando isso finalmente acontece, principalmente na hora em que se assina a carteira de trabalho, pronto, a felicidade está completa e a pessoa fica toda feliz por ter encontrado um emprego.

Mas, passado algum tempo, a mesma pessoa, não satisfeita com seu cargo na empresa, passa a sonhar com um cargo melhor; ela quer ser promovida e, assim, os sonhos de melhorar sua posição dentro da empresa vão acontecendo sucessivamente – ela sonha em tornar-se gerente, presidente; sonha até em se tornar patrão ou patroa, se for o caso.

Entretanto, mesmo que a pessoa consiga conquistar todos esses sonhos e passar a ser patrão ou patroa, nem mesmo assim essa pessoa vai estar suficientemente satisfeita, porque ela vai sonhar em expandir seus negócios, ou aumentar seu lucro. O ser humano gosta de sentir-se feliz, de ver seus sonhos

realizados, seja em qual área for: na família, no trabalho, na escola. Enfim, o ser humano está sempre sonhando com novos projetos de vida para sentir-se feliz.

Assim, a busca pela felicidade suprema, absoluta, nunca chega ao fim, e isso é bom porque estimula o ser humano a sonhar no desejo de ver seus sonhos realizados; o ser humano passa a lutar com garra e força de vontade pelos seus objetivos. E ainda acrescenta sobre o uso prático do bem: “O homem feliz vive bem e age bem”⁵².

Existe a diferença entre ser livre para fazer a escolha entre o certo e o errado, ou ser subordinado, não ter direito de escolha, apenas obedecer às ordens, sem se preocupar com as consequências de seus atos. “Quanto mais livre for um ser, mais é ele responsável pelos seus atos e, quanto menos livre, menos responsável”⁵³.

Observa-se, então, tanta gente ficando maluca, entrando em depressão, porque não consegue ser feliz com o que tem. “A felicidade é um bem supremo”⁵⁴.

Existe certo tipo de pessoas que podem influenciar alguém de tal modo que ele pode tornar-se uma delas. Às vezes se perde tempo julgando quem está certo ou errado e se acaba por esquecer o que seja certo ou errado: “[...] quem deve enfrentar monstros deve permanecer atento para não se tornar também um monstro. Se olhares demasiado tempo dentro de um abismo, o abismo acabará por olhar dentro de ti”⁵⁵.

Descontentamento e insatisfação, o que por consequência traria angústia e dor, mas, enfim, as pessoas deveriam contentar-se com o que tem e buscar de forma digna o que tanto almeja, sem sofrimentos, porque *nada* é inatingível quando transformado em objetivo: “[...] nossa dor vem da distância entre aquilo que somos e o que idealizamos ser”⁵⁶.

Para ser bom em algo que se deseja, não basta só querer, tem-se que praticar. De forma semelhante são os atos humanos: se se praticam coisas boas, colher-se-ão coisas boas; se se praticam coisas ruins, colher-se-ão coisas ruins.

⁵² ARISTÓTELES, 2008, p. 29.

⁵³ SPINOZA, Bento de. *Tratado teológico-político*. Tradução de Diogo Pires Aurélio. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 30.

⁵⁴ ARISTÓTELES, 2008, p. 26.

⁵⁵ NIETZSCHE, Friedrich. *A genealogia da moral*. Tradução de Joaquim José de Faria. São Paulo: Centauro, 2008. p. 71.

⁵⁶ NIETZSCHE, 2008, p. 145.

“Está certo dizer que é pela prática de atos temperantes, que o homem se torna temperante”⁵⁷.

E continua, quando afirma que “Cada homem julga bem as coisas que conhece”⁵⁸. Percebe-se que Aristóteles incentiva o ser humano a buscar o conhecimento contínuo, para que dessa maneira se possa estar preparado para enfrentar as adversidades da vida, com discernimento correto das coisas.

A cada segundo, o que pensa sobre algo muda completamente a concepção: “[...] não poríamos a mão no fogo pelas nossas opiniões: não temos assim tanta certeza delas. Mas talvez nos deixemos queimar para podermos ter e mudar as nossas opiniões”⁵⁹.

Tudo o que é demais e tudo o que é de menos não é bom para o ser humano. Tem-se que saber equilibrar; às vezes, crê-se que já se sabe de tudo, mas não se sabe de nada; tem-se que estar apto a receber novas informações. Isso mostra ao homem a importância de manter o equilíbrio nos momentos difíceis da vida e sempre buscar extrair alguma lição, para que se possa fortalecer-se intelectualmente a fim de enfrentar os obstáculos da vida moderna.

Por vezes tem-se uma oportunidade nas mãos, e muitas vezes não se a aproveita, deixa-se escapá-la; depois disso não se tem como voltar atrás, como diz o ditado: “não deixe pra fazer amanhã o que você pode fazer hoje”.

Sendo assim, pode-se entender que, se se alcança a felicidade quando se tem tudo o que se deseja e tendo ao lado as pessoas amadas, só assim se sentirá completo, e são as pequenas coisas que fazem a diferença na vida.

Então, a felicidade é uma atividade virtuosa da alma; os demais bens é a condição dela, pois para a felicidade é preciso também ter uma vida completa. O caráter é resultado dos próprios atos; realizando coisas justas, bons hábitos serão assumidos, e vice-versa. Assim sendo, cada um é autor de seu próprio caráter, como cada um é de seus atos. O ser humano admite a necessidade de interpor a emoção em vez da razão; em certas ocasiões, admitem-se com coragem ações que até são vingativas, movidas pelo temperamento e ímpeto – realizam-se por isso, mas a razão, que é a real essência, é deixada de lado.

⁵⁷ ARISTÓTELES, 2008, p. 46.

⁵⁸ ARISTÓTELES, 2008, p. 19.

⁵⁹ NIETZSCHE, 2008, p. 140.

Logo, a amizade é fundamental e necessária para a vida; é por causa dela e do amor que se pode buscar a felicidade, e de estimular-se a fazer aquilo que é bom. A amizade para ser vinda deve ter certo grau de convivência para buscar a semelhança. “É preciso, para uma amizade perfeita, que as duas partes adquiram experiência recíproca e se tornem íntimas, e isso custa muito esforço”⁶⁰.

Quando se ama um amigo, quer que ele se dê bem em tudo, tanto na vida profissional, como na vida pessoal, pois fazer bem a quem se ama faz bem ao ser humano também, e vê-lo feliz faz o homem feliz. Uma amizade verdadeira baseia-se no que as pessoas são e, não, pelo que se tem (bens materiais, por exemplo): “A amizade que se baseia no caráter das pessoas, como já dissemos, é duradoura, porque neste caso as pessoas se amam pelo que são”⁶¹.

E continua Aristóteles sobre a amizade: “A pessoa boa deve ser amiga de si mesma, pois ela mesma se beneficiaria com a prática de atos nobres, ao mesmo tempo em que beneficiará seu próximo”⁶².

Buscar a felicidade depende da atitude diante da vida; os homens são sempre responsáveis por tudo o que fazem ou deixam de fazer. Pelo que se percebe, a felicidade necessita das questões exteriores e o bem são questões mais interiores que são os próprios atos.

A felicidade é uma graça divina. Ela está muitas vezes em pequenos momentos e muitas pessoas ficam esperando grandes momentos; estes muitas vezes não vêm. A felicidade tem por prática o exercício, o hábito e a aprendizagem no dia a dia: “É razoável supor que a felicidade seja uma graça divina, e certamente o mais divino de todos os bens humanos, visto ser o melhor”⁶³.

2.3 Acerca da sociedade

A liberdade traz uma concepção de livre-arbítrio, em que os homens são os únicos responsáveis por suas escolhas: “Aristóteles também tinha dito que os

⁶⁰ ARISTÓTELES, 2007, p. 180.

⁶¹ ARISTÓTELES, 2007, p. 195.

⁶² ARISTÓTELES, 2007, p. 208.

⁶³ ARISTÓTELES, 2008, p. 31.

homens não são naturalmente iguais e que nascem para a escravidão, nada é mais certo”⁶⁴.

A liberdade deve constituir-se de direitos e deveres, já que em muitas ocasiões o homem se deixa agir pelas emoções, sem ter a consciência de seus atos – é necessário seguir regras. “Spinoza nega que o homem seja inteiramente livre em algum dos seus atos, porque a liberdade é idêntica à consciência e, como nenhum homem é pleniconsciente, nenhum homem pode ser plenilivre”⁶⁵.

Ser ético não é ter total liberdade, mas, ter limites nas ações que são cometidas; se houvesse total liberdade, poderia afetar a liberdade do próximo: “[...] a responsabilidade ética não exige essa liberdade absoluta. Pelo contrário, como passaremos a ver, a liberdade absoluta é incompatível com a ordem ética – só onde existe liberdade parcial é que pode haver ordem ética”⁶⁶.

Ainda Rousseau sobre a liberdade afirma: “Renunciar a própria liberdade é renunciar a qualidade de homem aos direitos da humanidade inclusive a seus deveres”⁶⁷.

Então se pode entender que a justiça se distingue em duas espécies e cada uma em um meio-termo: a distribuição das honras e do dinheiro e o de papel corretivo nas transações entre os indivíduos.

Então, quando se sente prazer ou se está realizado, o sentimento é de felicidade, mas o que é perfeito para um não é para os outros – o homem é julgado pela imparcialidade: “Em todas as coisas, contra o que mais devemos nos precaver é o prazer e o que é agradável, pois não podemos julgá-lo com imparcialidade”⁶⁸.

Sendo assim, pode-se notar que o homem é bom a partir do momento em que fez uma escolha que lhe agradou: “Os homens são bons de um modo apenas, porém são maus de muitos modos”⁶⁹.

Por isso a coragem é uma virtude que faz parte da natureza humana. Entretanto, cada pessoa tem uma personalidade; como a coragem é o equilíbrio entre a confiança e o medo, existem algumas pessoas com mais coragem, outras com menos. Enfim, depende de cada pessoa.

⁶⁴ ROUSSEAU, 2008, p. 18.

⁶⁵ SPINOZA, 2003, p. 30.

⁶⁶ SPINOZA, 2003, p. 31.

⁶⁷ ROUSSEAU, 2008, p. 23.

⁶⁸ ARISTÓTELES, 2008, p. 55.

⁶⁹ ARISTÓTELES, 2008, p. 49.

Entretanto, ter coragem na maioria das vezes é muito bom, mas também existem situações em que o excesso de coragem atrapalha e às vezes pode custar a vida.

Por exemplo, imagine-se uma situação em que um bandido entra na casa de um pai de família, faz mulher e filhos de refém enquanto o chefe da casa está trabalhando. Assim que ele fica sabendo o que está acontecendo, num ato de desespero e preocupação com sua família, vai correndo para casa e sem pensar nas consequências entra na casa, pega o bandido de surpresa, desprevenido, que acaba rendendo-se.

Neste exemplo o pai de família foi um herói, pois salvou a sua família do perigo e todos saíram sem nenhum arranhão. Mas imagine-se se esse plano impensado do pai de família tivesse dado errado; talvez nem ele nem sua família saíssem vivos dessa história.

É um caso para se pensar, pois, se o pai de família ficasse parado, sem fazer nada para defender sua família, ele se passaria por covarde, entretanto o que ele fez foi uma grande loucura. Agindo impensadamente, colocou a sua própria vida e a vida de sua família em risco – por sorte deu tudo certo.

Agora, a coragem do bandido de invadir uma casa e fazer pessoas de reféns: também se trata de uma atitude de coragem. Esse tipo de coragem, entretanto, não é uma virtude; muito pelo contrário, trata-se de uma atitude abominável.

Assim, a coragem só é considerada coragem quando praticada em situações extremas, quando o ser humano precisa superar medos em relação a perigos, superar limites em relação à timidez e até mesmo quando o ser humano se arrepende de ter cometido uma má ação e assume o erro. Esses são apenas alguns bons exemplos de superação e coragem.

A ética na coragem contribui para tornar o ser humano mais seguro e consciente de suas ações, devendo-se lembrar ainda que a ética também contribui para que o ser humano pratique a coragem somente a favor do bem. Um homem que tem medo de tomar uma atitude, uma decisão, torna-se uma pessoa não confiável para exercer uma função e não é confiável em sua conduta. “O homem

que tem medo de tudo e de tudo foge, não enfrentando nada, torna-se um covarde”⁷⁰.

Logo, existem os dois lados: o homem bom enfrenta qualquer trabalho, ajuda qualquer pessoa. “O homem que não teme absolutamente nada e enfrenta todos os perigos torna-se temerário”⁷¹.

Sem dúvida alguma, a virtude que se deve examinar é a virtude humana, pois o bem e a felicidade que se estão buscando são o bem e a felicidade humana. “Entendemos por virtude humana não a do corpo, mas, a da alma; e também dizemos que a felicidade é uma atividade da alma”⁷².

Igualmente, em relação aos bens existe uma flutuação semelhante, em razão de poderem ser, para muitas pessoas, até prejudiciais: por exemplo, houve quem percesse por causa de sua riqueza; e outros, por sua coragem⁷³.

Delibera bem no sentido absoluto da palavra o homem que visa calculadamente ao que há de melhor para os homens, naquilo que é atingível pela ação⁷⁴. Aristóteles, quando se utiliza desta fala, refere-se também aos temas escolhidos por alguns cientistas, os quais deixam de aprofundar seus estudos em fatos que realmente é do interesse da população para satisfazer algumas de suas fantasias ou até contribuir com o seu ego.

Há tantos temas transversais que realmente merecem maior atenção e que podem transformar completamente uma sociedade. “Pensamos que o homem verdadeiramente sábio suporta com dignidade todas as contingências da vida e sempre tira o maior proveito das circunstâncias”⁷⁵.

Segundo Aristóteles, as ações belas e justas que a ciência política investiga admitem grande variedade e flutuações de opinião, a ponto de poder-se considerá-las como existindo por convenção e, não, por natureza⁷⁶.

Acrescenta ainda que cada ser humano é bom em determinada tarefa, especializa-se em qualquer assunto e o defende com clareza; quando realmente entende de um assunto, consegue defendê-lo com argumentos importantes.

⁷⁰ ARISTÓTELES, 2008, p. 42.

⁷¹ ARISTÓTELES, 2008, p. 42.

⁷² ARISTÓTELES, 2008, p. 37.

⁷³ ARISTÓTELES, 2008, p. 18.

⁷⁴ ARISTÓTELES, 2008, p. 135.

⁷⁵ ARISTÓTELES, 2008, p. 34.

⁷⁶ ARISTÓTELES, 2008, p. 18.

Deve-se entender bem sobre muitas coisas que são principais na vida; por exemplo, em casa, com pai, mãe, esposo(a), filhos, tem-se que conhecer bem quem está ao lado para que se tenha um bom convívio e, no trabalho, tem-se que se especializar no que se faz. Uma coisa está clara: só se faz bem o que se conhece bem.

Sendo assim, a justiça é uma virtude relacionada à conduta humana. Entre todas as virtudes, talvez a justiça seja a virtude que mais esteja presente na vida. Por exemplo, para que o ser humano possa viver em sociedade, ele precisa estar em dia com a justiça, ou seja, ninguém consegue arrumar emprego se estiver devendo alguma coisa à justiça. O indivíduo que por acaso tenha cometido algum crime não consegue andar nas ruas tranquilamente, uma vez que sua liberdade, o seu bem mais precioso, depois da própria vida, é claro, está ameaçada. Ou seja, a justiça faz-se presente na vida em várias situações e a pessoa que deve à justiça não tem paz de espírito, está sempre preocupada, com medo de que alguma coisa aconteça, ou seja, com medo de que a justiça se cumpra.

Mas, tratando-se de justiça, ela não existe só em forma de lei, também existe justiça no caráter do ser humano, ou seja, as pessoas que têm o senso de justiça em seu caráter são pessoas justas, e quem não tem senso de justiça em seu caráter é pessoa injusta. Por exemplo, imagine-se uma situação em que o ônibus esteja lotado e um idoso entra; se houver alguma pessoa mais jovem que ceda o lugar para o idoso sentar-se, então se fala de uma pessoa justa. Os que pouco se importaram com a presença do idoso são injustos.

Outra situação que se pode imaginar é o de uma pessoa que vai ao supermercado. Se, na hora de pagar as suas compras no caixa, o atendente se engana e, por acaso, passa o troco a mais para o cliente sem perceber, e se este devolve a parte que não o pertence, então esta pessoa é justa; mas, se ela fica quieta, mesmo sabendo do engano, então esta pessoa é injusta.

Existem várias situações em que, conforme for o caráter da pessoa, ela pode ser justa ou injusta. Entretanto, o ser humano deve sempre procurar agir de forma justa, pois ninguém nunca sabe como será o dia de amanhã. Se hoje alguém for injusto com outrem, amanhã outra pessoa pode ser injusta com esse alguém.

Já no caso da justiça pertencente às leis, quem deve a ela tem que pagar; por isso o ser humano deve sempre respeitá-la, pois quem anda de acordo com a lei pode viver em sociedade, com liberdade e paz de espírito. A ética na justiça

contribui para a formação de seres humanos mais honestos e, acima de tudo, éticos. “Logo a justiça é uma virtude. Aquilo que é justiça praticada em relação ao próximo, como uma determinada disposição de caráter e em si mesmo, é virtude”⁷⁷.

Não seria ético querer que todos fossem iguais, é necessário aprender a conviver com as diferenças de ideias, afinal ninguém pode obrigar ninguém a ter os mesmos ideais, “[...] pois, como todos os seres da natureza, e sobretudo todos os seres humanos, são originais, únicos e inéditos na sua existência [...] seria inexequível se o indivíduo procurasse destruir o indivíduo e se quisesse obrigá-lo a ser a cópia do primeiro”⁷⁸.

“O prazer ou a dor que sobrevêm aos atos devem ser tomados como sinais indicativos de nossas disposições morais”⁷⁹. Assim é na vida, cada pessoa faz as coisas do seu jeito até porque não há ninguém igual. O ser humano sempre tenta imitar as outras pessoas, principalmente aquelas que ele mesmo admira, e quer pelo menos ser parecido com elas. “Ninguém censura os que são feios por natureza, mas censuramos os que são por falta de exercício e de cuidado”⁸⁰.

As pessoas agem como animais, sofrem quando estão encolerizadas e sentem prazer quando se vingam. No entanto, aquelas que lutam por esses motivos são belicosas, mas, não corajosas, uma vez que não agem visando à honra nem com preservação da regra justa, mas, sim, levados pela força da emoção. Há, porém, algo nisso que tem certa finidade com a coragem⁸¹.

“O homem que se julga digno de grandes coisas sem estar à altura delas é pretensioso”⁸². O ser humano é determinado por suas atitudes, as quais são refletidas na sociedade, influenciando, do ponto de vista de cada cidadão, suas qualidades com os seus atos, demonstrando o papel exercido diante da sociedade e ficando explícitas suas reações psicológicas. “Ocultar os sentimentos, isto é, preocupar-se menos com a verdade do que com opinião dos outros, é característico de um covarde”⁸³.

Dizer a verdade faz parte dos princípios de um homem veraz. Entretanto, existem situações que o melhor a fazer é omitir a verdade ou pelo menos esperar o

⁷⁷ ARISTÓTELES, 2008, p. 106.

⁷⁸ SPINOZA, 2003, p. 34–35.

⁷⁹ ARISTÓTELES, 2008, p. 43.

⁸⁰ ARISTÓTELES, 2008, p. 67.

⁸¹ ARISTÓTELES, 2007, p. 74.

⁸² ARISTÓTELES, 2008, p. 90.

⁸³ ARISTÓTELES, 2008, p. 93.

momento certo para só então dizê-la. Por exemplo, imagine-se que uma pessoa da família tenha problemas do coração e que outra sofreu um acidente e morreu; neste caso, é melhor omitir a verdade e esperar o momento certo para contar o acontecido, porque, se a verdade for dita de qualquer maneira, sem nenhum preparo, então, em vez de uma serão duas pessoas mortas na família.

Mas também não se pode mentir, porque a mentira, como se diz o ditado, tem pernas curtas e, se a pessoa doente ficar sabendo do acontecido por terceiros, o problema será ainda maior, porque, mesmo que não aconteça nada demais com a saúde de quem foi enganada, a mágoa vai ficar, por ela não ter sido comunicada sobre o acontecido pelas pessoas da própria família. Então, dizer a verdade é louvável, e ela tem que ser dita sempre. É preciso, no entanto, ter consciência e cautela, para que ela seja dita sempre no momento certo e da maneira certa para não magoar ninguém. A ética na verdade contribui para a formação de seres humanos sinceros e honestos.

A vida não é somente agitação e trabalho, mas inclui momentos de descanso e arejamento, pois subentende serem fatores para a melhor qualidade de vida, “[...] uma vez que a vida é feita não só de atividade, mas também de repouso, e este inclui o lazer e o entretenimento, parece haver aqui também uma espécie de intercâmbio que se relaciona com o bom gosto”⁸⁴.

Pode-se dizer que a calma é uma balança entre o desespero e a violência. Por exemplo, no momento de fazer-se uma prova, mesmo achando que ela esteja difícil, não adianta desesperar-se e desistir dela, deixando tudo em branco, como também não adianta perder a paciência, rasgar a prova ou sair chutando as carteiras.

Em qualquer uma dessas duas opções o único prejudicado é o próprio aluno, pois o desespero não vai ajudar em nada o aluno. A violência também não leva a lugar algum; o máximo que pode acontecer, além de levar um zero na prova, é também levar uma advertência pela sua arrogância. O melhor que se tem a fazer nesses momentos é manter a calma, que com o tempo as lembranças vêm à tona, as ideias vão surgindo e, quando menos se espera, a prova está pronta.

⁸⁴ ARISTÓTELES, 2008, p. 100.

2.4 Sobre o mundo do trabalho

Caso semelhante acontece com os problemas rotineiros de casa ou do trabalho. Quando surge um problema, não adianta desesperar-se, porque o problema não vai desaparecer. Também não adianta bancar o violento e sair batendo em todo mundo, porque, assim, além dos problemas que a pessoa já tem, ela ainda vai arrumar mais um ou uns, uma vez que ela será acusada de agressão. Nos momentos difíceis a calma é o melhor caminho para resolver os problemas da melhor forma possível.

Uma pessoa calma é capaz de raciocinar melhor e comunicar-se melhor, e com isso adquirir o respeito das pessoas. Já a pessoa nervosa muitas vezes acaba perdendo a cabeça, falando besteira e com isso também acaba perdendo a razão. O modo de agir e de falar, enfim o comportamento da pessoa, às vezes é decisivo para a resolução de questões importantes. A ética na calma contribui para a formação de seres humanos mais serenos emocionalmente, mais concentrados e cientes de suas ações.

A virtude é uma característica do caráter humano, ou seja, ela se manifesta de acordo com as ações de cada pessoa. Por exemplo, se a pessoa pratica boas ações, ajuda o próximo, então essa pessoa tem caráter, ou seja, é virtuosa. Agora, se a pessoa só pratica más ações, não tem respeito por ninguém, então essa pessoa não tem caráter algum, o que significa que ela não é uma pessoa virtuosa.

A virtude pode manifestar-se de duas maneiras no ser humano, pois este tem a capacidade de adquirir inteligência e sabedoria para praticar boas ações, tornando-se assim uma pessoa virtuosa. A virtude pode manifestar-se naturalmente no caráter humano ou pode ser adquirida pela força de vontade e pelo hábito de praticar boas ações, ou seja, qualquer pessoa pode ser uma pessoa virtuosa, mas para isso é preciso que ela procure ter uma vida baseada em valores morais.

Sabe-se que é difícil o ser humano ser virtuoso em todos os sentidos, pois sempre está faltando uma coisa ou outra, uma vez que ninguém é perfeito por completo. No entanto, o ser humano deve procurar praticar ações estabelecidas em princípios éticos, praticar ações, visando sempre ao bem. A virtude suprema, a virtude da alma, é a mãe de todas as virtudes; sem ela as outras virtudes não existiriam. Por isso ela é tão importante e essencial para uma boa formação

humana. De modo geral, a ética contribui para a formação de seres humanos mais virtuosos, de valores éticos e morais.

A conduta do ser humano dentro das suas qualidades é buscar o que é bom para si e para a sociedade por meio da caridade, da generosidade e do cooperativismo e, assim, saciar seus intuitos. “As ações virtuosas são praticadas, tendo em vista o que é nobre”⁸⁵.

Ser ético é saber usar o raciocínio no momento em que a emoção tenta falar mais alto. Atitudes tomadas em consequência da emoção, no instante, podem trazer satisfação, como no caso da raiva, mas, um momento depois, pode causar frustrações; por isso é necessário pensar antes de agir. “À luz da ética racional não crescem essas plantas daninhas chamadas temor e ódio, porque não encontram clima propício. Em lugar delas vicejam a confiança e o amor”⁸⁶.

Para cada situação deve-se utilizar uma linguagem específica, a qual terá significados diferenciados, assim como o comportamento humano. Dependendo da situação, a linguagem pode influenciar na hora de tomar alguma decisão; por exemplo, em determinados ambientes de trabalho, um agricultor e um advogado poderão relatar o mesmo fato, mas, em linguagem completamente diferenciada. “A uma pessoa mais velha ninguém louvaria pelo mesmo motivo, uma vez que supomos que ela não seja capaz de fazer nada do que tenha de se envergonhar”⁸⁷.

Outra contribuição faz refletir acerca da experiência de vida: “Na luta das gerações crianças e velhos estabelecem amiúde causa comum, os primeiros preferem os obstáculos e os segundos os decifram. A natureza fala e a experiência traduz”⁸⁸.

As pessoas que fazem maldades complicam-se nos vínculos de amizade e são reprovadas pela sociedade, causando danos à sua própria vida, pelo não reconhecimento dessas atitudes maléficas. “O simples fato de um homem cometer alguma ação vergonhosa é característico de uma pessoa má”⁸⁹. E continua em suas afirmações que “As pessoas que cometeram muitos atos abomináveis e são odiadas pela sua maldade fogem da sua própria vida e destroem a si mesma”⁹⁰.

⁸⁵ ARISTÓTELES, 2007, p. 82.

⁸⁶ SPINOZA, 2003, p. 37.

⁸⁷ ARISTÓTELES, 2008, p. 102.

⁸⁸ SARTRE, J. P. *As palavras*. Tradução de J. Guinsburg. 6. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1964. p. 21.

⁸⁹ ARISTÓTELES, 2008, p. 102.

⁹⁰ ARISTÓTELES, 2007, p. 202.

[...] uma vez que o homem injusto é ganancioso, a questão deve estar relacionada com bens (mas não com todos os bens, e sim com aqueles dos quais dependem a prosperidade e a adversidade, e que, considerando de modo absoluto, são sempre bons porém para uma pessoa determinada nem sempre o são⁹¹.

O ser humano, quando perturbado o seu cérebro, torna-se incapacitado de raciocinar de forma lógica, fazendo com que a pessoa fique frágil na tomada de decisão e tendo um impasse em suas conclusões, de forma que até mesmo para pensar em como se opor diante da situação torna-se difícil. “O melhor dos homens não é o que exerce a sua virtude em relação a si mesmo, mas, em relação ao outro, pois esta é a tarefa difícil”⁹².

O homem necessita praticar suas virtudes para ser feliz, deixando seu coração leve, em vez de comparar felicidade apenas a divertimento. “Pensa-se que a vida feliz é conforme à virtude. Então uma vida virtuosa exige esforço e não consiste em divertimento”⁹³.

“Eu era prisioneiro dessas evidências, mas não as enxergava: enxergava o mundo delas. Falsificado até os ossos e mistificado, escrevia alegremente sobre nosso infeliz coração. Dogmático [...] eu era feliz”⁹⁴.

“Uma constituição sadia e forte é a primeira coisa que deve ser procurada e deve-se contar mais com o rigor que nasce de um bom governo do que com os recursos fornecidos por um grande território”⁹⁵.

Conforme a convivência, o homem tenta exprimir suas qualidades na condição de que, em algumas situações, estas lhe favoreçam para uma vida mais útil. “Mas, enquanto homem que convive com outros, ele deseja praticar ações conforme a virtude, e desse modo também necessitará das coisas que facilitam a vida humana”⁹⁶.

Sou homem – repetia ele com voz pública –, sou homem e nada do que é humano me é estranho⁹⁷.

⁹¹ ARISTÓTELES, 2007, p. 104.

⁹² ARISTÓTELES, 2008, p. 105–106.

⁹³ ARISTÓTELES, 2007, p. 228.

⁹⁴ SARTRE, 1964, p. 158.

⁹⁵ ROUSSEAU, 2008, p. 71.

⁹⁶ ARISTÓTELES, 2007, p. 232.

⁹⁷ SARTRE, 1964, p. 38.

Para viver bem o homem deve alimentar-se com virtudes, seu lado espiritual, além das alegrias que vivencia. “Nosso corpo também necessita para ser saudável de ser alimentado e cuidado”⁹⁸.

Quando se precisa de um grande favor, deve este ser em horas necessárias e, não, em qualquer momento, desde que este favor não seja banal. “Devemos chamar nossos amigos quando eles podem prestar-nos um grande serviço sem grande trabalho para si mesmo”⁹⁹.

Trata-se a liberalidade de uma virtude praticada mais frequentemente por pessoas de melhor padrão econômico, no entanto essa virtude também pode ser praticada por qualquer pessoa de qualquer classe social. Por exemplo, qualquer pessoa que, por ser livre, tem espontânea vontade em praticar e fazer doações para ajudar instituições carentes sem visar a nenhum tipo de interesse; esta é uma pessoa liberal.

Agora, se essa doação for feita visando a vantagens, então essa ação não se trata de uma virtude liberal, mas, sim, de uma atitude mesquinha, uma ação mal-intencionada. A pessoa verdadeiramente liberal ajuda o próximo por prazer, de coração; ela se sente feliz ao ajudar pessoas menos favorecidas, tanto economicamente quanto emocionalmente, pois o importante da liberalidade não é apenas o valor da doação em dinheiro, mas, também, o valor da boa ação, da palavra amiga, um gesto de carinho. Boas ações como a liberalidade deveriam ser praticadas sempre por todas as pessoas, porque só assim se poderia ter um mundo mais justo, humano e feliz. A ética na liberalidade contribui para a formação de seres humanos mais solidários.

“O que torna a constituição de um estado verdadeiramente sólida e duradoura é quando as conveniências são de tal modo observadas que as relações naturais e as leis incidem sempre de maneira harmoniosa sobre os mesmos pontos”¹⁰⁰.

A pessoa que recebe boa educação em casa tem mais facilidade em aprender qualquer outra coisa. Os principais entendimentos da vida são trazidos de casa como conduta e bons princípios; quando o mundo cobra de alguém algo mais sobre determinado princípio, fica mais fácil de aprender.

⁹⁸ ARISTÓTELES, 2007, p. 233.

⁹⁹ ARISTÓTELES, 2007, p. 214.

¹⁰⁰ ROUSSEAU, 2008, p. 78.

A motivação inicial foi descobrir qual é o bem que o ser humano busca para sua realização segundo as hipóteses encontradas na ética aristotélica, que indicam a vida ideal como vivência das virtudes com os outros, e que essa vivência é a felicidade.

Por isso, pergunta-se se a felicidade é adquirida pela aprendizagem, pelo hábito ou adestramento; se é conferida pela Providência Divina ou se é produto do acaso. A felicidade é uma atividade virtuosa da alma; os demais bens – condição dela – são úteis como instrumentos para sua realização. Sendo assim, ela se torna consequência de atos realizados, valores seguidos e virtudes.

Há duas espécies de virtudes: as intelectuais e as morais. As virtudes intelectuais são resultantes do ensino, e por isso precisam de experiência e tempo; as virtudes morais são adquiridas em resultado do hábito; elas não surgem nos seres humanos por natureza, mas são adquiridas pelo exercício.

A virtude relaciona-se com paixões e ações. Um sentimento pode ser voluntário ou involuntário; de forma semelhante, uma ação pode ser voluntária ou involuntária. Às paixões ou ações voluntárias dispensa-se louvor e censura, enquanto as involuntárias merecem perdão e, às vezes, piedade; por isso, é necessário distinguir entre o voluntário e involuntário. São involuntárias aquelas ações que ocorrem sob compulsão e ignorância; é compulsório ou forçado aquilo em que o princípio motor está fora do homem e para tal em nada contribui a pessoa que age ou sente a paixão.

Então, percebem-se desde a Antiguidade pensadores ocupados em criar métodos pedagógicos para suscitar bons cidadãos.

A *Ética a Nicômaco* traz a afirmação de que todo indivíduo, conhecimento ou trabalho têm em vista algum bem. Mas, se todo o conhecimento e todo trabalho visam a algum bem, qual será o mais alto de todos os bens? O fim certamente será a felicidade, mas o vulgo não a concebe da mesma forma que o sábio. Para o vulgo a felicidade é uma coisa óbvia, como o prazer, a riqueza ou as honras; aqueles que identificam a felicidade com o prazer vivem a vida dos gozos; a honra é superficial e depende mais daquele que dá do que daquele que recebe; a riqueza não é o sumo bem, é algo de útil e nada mais.

Para melhor compreensão, destaca-se aqui que a virtude, na época dos gregos, não é idêntica ao conceito atual, muito influenciado pelo Cristianismo. Virtude era no sentido da excelência de cada ação, de fazer bem feito, na justa

medida, cada pequeno ato. Então, Aristóteles trabalha com vários conceitos sobre ética, entendida de uma maneira bem específica e apresenta estes conceitos na educação, argumentado sobre uma virtude positiva para guiar os homens para que estes vivam felizes. Outro princípio aristotélico é a justiça, segundo o próprio Aristóteles: “No que toca à justiça e à injustiça devemos considerar: com que espécie de ações se relacionam elas; que espécie de meio-termo é a justiça; e entre que extremos o ato justo é intermediário”¹⁰¹.

Atualmente, o pensamento aristotélico passa por um período de renascimento e revalorização, já que no mundo vêm sendo discutidos de forma mais contundente os conceitos como “o bem”, “a virtude”, “a justiça”, “a lei”, “a amizade” e “a felicidade”. Os meios para atingirem-se esses valores passam pelas virtudes adquiridas. As virtudes conceitualmente são variações do caráter que agirão com finalidade de moldar o homem, para a realização da perfeição humana, como ser racional.

Segundo Aristóteles, “o homem está sempre à procura de um bem, sendo que está procura irá terminar na felicidade”¹⁰². Sendo assim, por meio desse trabalho é possível dar maior atenção a um dos problemas que mais afetam a sociedade atual, que é o carma que envolve a relação entre indivíduos.

Deste modo é preciso que uma pessoa se entenda em primeiro lugar como tal e faça a opção da vida das virtudes a partir de sua maturidade ética. Esta conquista vem sendo estudada ao longo de toda a história da filosofia, e principalmente da psicologia, com suas contribuições sobre o significado da personalidade¹⁰³.

Dentre as afirmações feitas por Aristóteles, está “a necessidade de que o homem deve ter como objetivo a responsabilidade de desenvolver ações que perante a sociedade são moralmente válidas”¹⁰⁴.

Então, algumas atitudes não são vistas como moralmente corretas pela sociedade, levando-se a crer que o sujeito que a praticou não alcançou a felicidade buscada, pois não foi capaz de dirigir sua vida de forma a discernir entre o bem e o mal. Assim sendo, pode-se fazer um parâmetro entre a felicidade descrita por Aristóteles e a identidade moral.

¹⁰¹ ARISTÓTELES, 1965, p. 21.

¹⁰² ARISTÓTELES, 1965, p. 27.

¹⁰³ LINS, M. J. S. da C. *Rev. Diálogo Educ.* Curitiba, v. 9, n. 28, p. 633–649, set./dez. 2009.

¹⁰⁴ ARISTÓTELES, 1965, p. 29.

Identidade moral se encontra em duas tradições teóricas. Tentativas para caracterizar as essências da moralidade e para entender as origens das inclinações morais; e a promoção da busca de uma vida moral é encontrada ao longo das histórias da filosofia e da psicologia.¹⁰⁵

Para que o indivíduo consiga integrar-se à sociedade é necessário um trabalho árduo e muita prática para conseguir-se o objetivo de ser moralmente virtuoso, já que para isso o caminho traçado pelo sujeito em questão deve ser permeado por visões abrangentes para que este possa nortear suas conclusões e ter a sua ética baseada em princípios fundamentados de maneira a levá-lo a conseguir a almejada felicidade.

2.5 A questão da formação em Rousseau

Na obra *Emílio*, Rousseau parte do princípio de igualdade natural entre os homens. Para ele, antes de eles fazerem uma opção pela carreira profissional, devem preocupar-se com a sua própria vida, uma autovalorização de seus princípios e valores. A própria natureza é uma escola para todas as crianças. Ainda de acordo com Rousseau, a primeira etapa de uma boa educação consiste em preparar o coração contra o vício e o espírito do erro. A maior lição de moral para uma criança é não fazer o mal. Fazer o bem é o caminho da virtude. É pela prática sensitiva que se vai instruindo. Não compete a nenhum homem saber tudo, mas o que souber tem que ser verdadeiramente útil para sua vida. O que se sabe deve ser compreendido. Segundo Rousseau, o que deve ser incutido na criança são as ideias justas e claras.

Na obra, *Emílio*, ou *Da Educação*, escrita em 1762, ou seja, na crise do Antigo Regime e falecimento do Absolutismo na França, Rousseau preparava o francês, ou universalmente, o indivíduo, a viver de um novo jeito, a receber uma nova educação baseada em princípios políticos e filosóficos, preparando-o para o novo sistema político advindo da Revolução Francesa, com liberdade e direitos, num estado de direito.

¹⁰⁵ HART, Daniel. *O desenvolvimento da identidade moral*. Nebraska: University of Nebraska Press, 1997. p. 165–196. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010173302001000300013&script=sci_arttext&lng=es>. Acesso em: 9 out. 2010. p. 165.

Segundo o próprio Rousseau, *Emílio* foi a melhor e mais importante de todos os seus livros. A obra trata de temas políticos e filosóficos referentes à relação do indivíduo com a sociedade, particularmente explica como o indivíduo pode conservar sua bondade natural, já que Rousseau argumenta que o homem nasce bom e é corrompido pela sociedade. No livro, é proposto um sistema educativo que permite ao homem natural conviver com uma sociedade corrupta.

Um aspecto importante no pensamento de Rousseau é a comparação do cidadão que é formado por meio do projeto educacional público assistido pelo Estado (Governo – Cidadão). O cidadão é uma fração, existindo na relação em um todo, tendo uma existência relativa.

Para Rousseau “a escola da vida para uma criança é a própria natureza, já que ela (criança) deve experimentar e aprender com seus erros e acertos de maneira a absorver questões que a levem a raciocinar o que deve ser o bem ou mal”.

Na filosofia de Rousseau, não há no mundo espaço para que ocorra a interação entre o homem e o cidadão, já que o homem deve ter sua educação permeada no interior da própria família, isto é, sua definição de homem, ser humano, é construída e estruturada pelas questões e ensinamentos dados por sua família.

Já na formação do cidadão a escola deve ser parte fundamental na construção de um caráter social baseado na comunhão entre indivíduos que deverão conviver em um mesmo ambiente, mas, para isso acontecer, é necessário levar em conta os ensinamentos passados pela família.

Nos dias modernos, essa condição está tornando-se cada vez mais difícil de conseguir, já que as condições em que se encontram as famílias levam-nas à profunda desestruturação, na maioria das vezes por um fator socioeconômico. Os educadores estão ficando de mãos atadas, já que a falta de acompanhamento por parte da família está pautando a vida das crianças, levando-as a ter atitudes que ferem moralmente a ética da sociedade moderna.

Além dessa falta de atitude da família perante a criança, seus princípios estão sendo corrompidos também pela falta de critérios que o mundo impõe, por meio de informações deturpadas trazidas pela mídia. Assim sendo, uma criança, no momento em que deveria estar aprendendo algo que pudesse servir como base para seu caráter, está armazenando informações que são passadas para ela de

maneira errada, as quais, porém, parecem ser as mais corretas, levando-a a ter atitudes socialmente erradas.

Hoje se constata que as autoridades governamentais estão mais preocupadas em articular-se para produzir meios a fim de manter-se no poder. Do outro lado, observa-se a população sem receber educação de boa qualidade, sem as condições favoráveis à boa educação e, conseqüentemente, formando cidadãos alienados.

Os educadores devem repensar na realidade educacional, questionar as políticas sociais e educativas, mascaradas e atoladas de ideologias impostas como corretas, banais e revolucionárias. Nem sempre o que cabe a um povo é o mesmo que cabe a outro; tem-se que avaliar todos os setores e fatores envolventes no processo. Não se pode deixar que atos ideológicos assassinem o sistema educacional. “A sociedade atual está numa fase de transição entre a modernidade e a pós-modernidade e esta fase de transição afeta profundamente a missão da escola e o trabalho docente”¹⁰⁶.

Há que se ter consciência de que a barbárie não se resume apenas em um ato consumado, mas, de que envolve muitas questões que criaram e continuam a criar condições para tais atos acontecerem.

Diante de verdadeiros fenômenos de mudanças, o sistema escolar do qual se participa assemelha-se mais a um grande *crocodilo*, que, passados vários anos, não sofreu modificações morfológicas; foi elaborado durante a grande Revolução Industrial e continua trilhando um caminho como se não houvessem ocorrido tantas transformações, culminando, assim, numa grande dificuldade de integrar as tantas mudanças que estão ocorrendo no mundo, na velocidade de um clique de *mouse*.

Como afirmam Tardif e Lessard, os professores não são indiferentes a essas mudanças; longe disso, pois eles vivem por dentro, embora sem possuir necessariamente uma visão de conjunto das mudanças em curso. Sendo assim, pode-se dizer que a maior dificuldade vem de fora para dentro das escolas, já que há descaso por parte da família e da sociedade e as mudanças tecnológicas são anos-luz mais velozes que as transformações buscadas nas escolas.

O aluno está mais consciente de que a escola não é o único lugar onde ele aprende. Antes a escola era mais mitificada, era o estabelecimento onde se dava e recebia o saber. Hoje, os jovens percebem mais que a escola só faz

¹⁰⁶ HARGREAVES, 1994, *apud* TARDIF & LESSARD, 2007, p. 19.

uma parte de seu aprendizado, que não é o único lugar onde se pode aprender¹⁰⁷.

Disso decorre certo descrédito quanto à formação no ambiente escolar, ligado à falta de amparo, valores morais, ética, o que leva os jovens a terem ações fora dos padrões aceitáveis pela sociedade.

2.6 A questão da formação em Adorno

Em *Educação após Auschwitz*, o filósofo Adorno diz de maneira bastante clara, e neste momento faz alusão aos estudos de Freud, que na própria gênese da civilização está contida a barbárie. Em todo o seu texto, Adorno tenta mostrar de que forma esta barbárie humana poderia ser amenizada. O que seria o Nazismo senão a expressão mais profunda da barbárie a que os seres humanos podem chegar? Para o autor reside aí a importância fundamental da educação: impedir o retorno à barbárie, impedir que Auschwitz se repita.

Para Adorno a principal tarefa da educação é evitar Auschwitz: o próprio símbolo da consciência maquínica. Auschwitz, porém, é também o símbolo da modernidade e da civilização, em que predomina o “mundo administrado”. Então, Auschwitz é “barbárie sofisticada” ou só civilização e aí está o drama, pois não se combate apenas um dos lados desta contração hodierna: “Se a barbárie encontra-se no próprio princípio civilizatório, então pretender se opor a isso tem algo de desesperador”¹⁰⁸.

Adorno relata em sua obra *Educação após Auschwitz* que, se as pessoas não fossem indiferentes umas às outras, Auschwitz não teria acontecido. A incapacidade de identificação foi, sem dúvida, uma das condições para Auschwitz. Atualmente, as pessoas sentem-se maladas e incapazes de amar. O calor humano é pré-requisito contra a barbárie.

¹⁰⁷ TARDIF, M.; LESSARD, C. *O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 143.

¹⁰⁸ ADORNO, Theodor. W. *Educação e emancipação*. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1995. p. 120.

O amor deve consistir em um *dever* e, não somente, ligado a vínculos profissionais e aproximativos. Para isso, será preciso tratar criticamente o conceito de razão de Estado.

Para Adorno,

[...] o massacre que ocorreu nos campos de concentração construídos pelos alemães para exterminar as ditas “raças inferiores”, ainda está ocorrendo nos dias que sucederam Auschwitz, pela falta de compromisso (cuidado) que a sociedade está tendo na formação do caráter das crianças¹⁰⁹.

Hoje em dia, atitudes como as que ocorreram nos campos de concentração estão nos jornais, quando jovens formam grupos para atentar contra os padrões morais e éticos da sociedade.

A falta de respeito para com o próximo, a falta de vergonha, atitudes discriminatórias e dogmáticas do pensamento e ação, indiferença diante do sofrimento do outro, a recusa em reexaminar suas ações e posicionamento diante de situações diversas, incapacidade de conviver com as diferenças culturais e raciais, a certeza da impunidade e de que a própria lei da vantagem e do mais esperto impera, são alguns dos sintomas de barbárie que fazem parte do atual cotidiano social e educacional.

A sociedade deveria explorar de forma coerente, questionando o caos que foi esse período da Segunda Guerra Mundial para conseguir, assim, uma forma de evitar os erros cometidos. Tem-se que buscar por meio da educação uma mudança de comportamento pela conscientização de seus próprios atos, autorreflexão crítica e debates esclarecedores sobre esses acontecimentos que há bem pouco tempo ocorreram contra a humanidade. Cabe, pois, a educadores, acadêmicos e cidadãos ativar este processo.

Com base na experiência que houve em Auschwitz, com o que se percebe na forma de condução das famílias, a maneira de agir dos jovens, a educação pode ter dois lados. A preocupação do não retroceder aos caos deve ser seguido pela sociedade de uma forma geral, acompanhando tudo que ocorre no mundo ao seu redor, principalmente em casa e na escola.

¹⁰⁹ ADORNO, 1995, p. 122.

3 FORMAÇÃO HUMANA E EDUCAÇÃO: CONCEITOS E CONTRIBUIÇÕES

Acredita-se que este capítulo envolva duas concepções polêmicas para a sociedade contemporânea: uma com a centralidade dialética do trabalho e da formação unilateral; e a outra, com ideia de educação quanto à formação humana pela perspectiva da emancipação. Esta discussão tem sido cada vez mais referenciada como eixo de limites ou de possibilidades nos debates a respeito das questões e dos desafios da contemporaneidade.

3.1 Intervenção educativa no ensino fundamental com vistas à formação cidadã

Coelho¹¹⁰ descreve a necessidade de uma formação que se baseie na questão de ensino e educação em relação ao homem e à sociedade contemporânea. A autora continua aproveitando as afirmações de Arroyo que tratam dos problemas da educação e seus vínculos com a socialização e a formação, com a ética e a cultura, com a identidade e a condição cidadã¹¹¹.

Segundo Larrosa, *apud* Coelho¹¹², para que haja um desenvolvimento sociointelectual, o homem procura fazer uma autoavaliação de seus conhecimentos, criando um espírito especulativo dentro do pensamento contemporâneo: “[...] a crise da formação tornou-se a expressão mais desenvolvida da crise social da sociedade moderna, uma vez que o sentido ético dos processos formativos e educacionais vaga à mercê das marés econômicas”¹¹³.

Entende-se que, com base nas citações dos autores acima, fica claro que o homem contemporâneo vive em uma sociedade acompanhada da globalização e do capitalismo e necessita desenvolver suas habilidades para a modernização e

¹¹⁰ COELHO, Inês de Matos. *A educação e a formação humana: tensões e desafios na contemporaneidade*. Porto Alegre: Artmed, 2009. p. 16.

¹¹¹ ARROYO, 2000, *apud* COELHO, 2009, p. 16.

¹¹² LARROSA, 2000, p. 52, *apud* COELHO, 2009, p. 16.

¹¹³ ADORNO, 1995, p. 15, *apud* COELHO, 2009, p. 16.

aperfeiçoamento em seus conhecimentos com a atualização para compreender as estruturas de trabalho, cultura e educação.

Um primeiro conceito apresentado vem da contribuição de Gadamer, que acredita que a formação humana é uma perspectiva histórica, ou seja, um progressivo aperfeiçoamento em direção à universalidade¹¹⁴.

Segundo Coelho (2009), a outra ideia reforçada por Kant é que o homem só passa a entender sua maioridade como cidadão quando diferencia a educação, sendo uma relação independente e democrática.

A pergunta norteadora, segundo Coelho (2009), não pode ser o que é a formação humana, mas o que é o homem; quais são as determinações fundamentais que demarcam o processo de tornar-se humano.

Coelho (2009) acredita também que, para enfrentarem-se os desafios da formação humana na contemporaneidade, é fundamental considerar a dialética da centralidade do trabalho.

Por um lado, nessa concepção é central “ter o ser humano e sua humanização como problema pedagógico”. Como salienta Arroyo¹¹⁵, por outro lado, Paulo Freire argumenta que “além de um ato de conhecimento, a educação também um ato político”. Portanto,

[...] como experiência especialmente humana, a educação é uma forma de intervenção do mundo. Intervenção que, além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos, implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento¹¹⁶.

Coelho (2009) chama a atenção para a falta de que a escola no mundo moderno não é o único espaço de formação humana de aprendizagem e cultura. O sujeito em sua emancipação pessoal e de participação ativa na construção da sociedade democrática tem um relacionamento social, cultural, político e de trabalho, que contribui também na sua formação educativa e principalmente profissional.

Percebe-se também que a formação profissional do homem na contemporaneidade é uma preocupação que às vezes tornam ambivalentes as situações de exclusão e inclusão de si mesmo no mercado de trabalho e vida pública.

¹¹⁴ GADAMER, 1997, p. 47, *apud* COELHO, 2009, p. 18.

¹¹⁵ ARROYO, 2000, p. 14, *apud* COELHO, 2009, p. 24.

¹¹⁶ FREIRE, 1996, p. 106, *apud* COELHO, 2009, p. 24.

Coelho (2009) enfatiza que, nessa concepção alargada, a educação deve ser “[...] universal não apenas no sentido de para todos, mas de dar conta da universalidade, pluralidade, omnilateralidade das dimensões humanas e humanizadoras a que todo indivíduo tem direito por ser e para ser humano”¹¹⁷.

Então, Coelho acredita que:

A formação humana é entendida em seus sentidos plenos de emancipação pessoal e participação ativa na construção da sociedade democrática, conjuntamente com o desenvolvimento e apropriação crítica do conhecimento científico e tecnológico, rompendo-se com o fetichismo do “domínio “racional” no fundamento do desenvolvimento capitalista e a sua correlata expansão do arbítrio dos aparelhos de poder”¹¹⁸.

Na educação brasileira acontece da seguinte maneira na década de 1990 nas formulações de reformas:

- 1) a prioridade da universalização e da melhoria de qualidade que possibilite aos educandos o acesso a outras dimensões da educação para eles contribuírem para o desenvolvimento da sociedade em que vivem;
- 2) construção de uma nova institucionalidade para melhoria de qualidade da educação básica.

O ideário das reformas na educação no Brasil dos anos 1990 pode ser compreendido a partir de uma distinção entre períodos referenciais:

- 1) **de 1950 a 1970** – educação em desenvolvimento;
- 2) **de 1970 a 1980** – educação e democracia;
- 3) **nos anos de 1990** – educação e qualidade social.

Segundo Coelho (2009), durante as várias crises econômicas mundiais, a saída foi tratar a educação como eixos da transformação produtiva com equidade. Assim, a cidadania teria acesso universalizado pelo menos no ensino fundamental, a fim de garantir a aprendizagem dos códigos da modernidade. E com o compromisso de “educação básica para todos”, assumido em 1990, foi avaliado pelo Fórum Mundial de Educação de Dacar, construindo as metas em 2000 de universalização de educação básica.

Para poder dar respostas aos conjuntos das suas missões na “civilização cognitiva”, a educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens

¹¹⁷ ARROYO, 1998, p. 147, *apud* COELHO, 2009, p. 24.

¹¹⁸ COELHO, 2009, p. 25.

fundamentais, que, ao longo de toda a vida, serão de algum modo para cada indivíduo, os pilares de conhecimento: aprender a conhecer este tipo de aprendizagem que visa nem tanto à aquisição de um repertório de saberes codificados, mas, antes, o domínio dos próprios instrumentos do conhecimento pode ser considerado, simultaneamente, como um meio e uma finalidade da vida humana; aprender a fazer para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a viver juntos, a fim de participar e cooperar com os outros, em todas as atividades humanas; e finalmente, aprender a ser, via essencial que integrar os três procedimentos¹¹⁹.

Já se manter em estado de competência corresponde à empregabilidade, o que implica a responsabilização do trabalhador pela sua formação profissionalizante, a qual se depara em uma sociedade capitalista diante de desafios e exigências da contemporaneidade e saberes oriundos para sua formação humana e de grande dimensão cognitiva.

Entende-se que a autora centraliza a formação humana, o trabalho, em que o homem estabelece relações sociais na conquista de sua autonomia e emancipação, quando deixa seu mundo natural, tornando-se um ser espiritual no sentido universal.

Contudo, o homem, ao estabelecer suas relações sociais com o trabalho, precisa desenvolver seus conhecimentos de aprendizagem científicos, tecnológicos e culturais para acompanhar o ritmo do mundo moderno.

Weiberg chama atenção para o fato de que cabe ao Estado a responsabilidade de cursos profissionalizantes. Percebe-se no Brasil, porém, a exclusão de jovens nesses cursos, pois eles não têm incentivos do Estado. A educação básica não é mais suficiente.

É bem relevante que as mudanças educacionais da contemporaneidade trouxeram melhorias e benefícios na qualidade de vida na formação humana, mas os interesses da sociedade completam os interesses e necessidades humanas. No entanto, o homem contemporâneo depara-se com uma sociedade globalizada e, mesmo assim, vive conflitos socioeconômicos, políticos e culturais, lutando por uma formação humana digna.

A educação e a formação humana oferecem uma alternativa à crescente desumanização sentida atualmente e propõe práticas que afirmam e promovem a

¹¹⁹ DELORS, J. (Org.) *et al.* Os quatro pilares da educação. In: DELORS, J. *Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortez, São Paulo, 2000. p. 89–90.

autonomia e a emancipação dos seres humanos. Nele é focado o protagonismo do homem como artífice e, não apenas, como meros produtos das práticas sociais.

O aumento da velocidade de acesso e difusão das informações; o avanço dos conhecimentos científicos e tecnológicos; as novas formas de organização social, de gestão empresas e trabalhadores, além de mudanças nos processos educativos produzem efeitos, às vezes impactantes na vida de todos, crianças, jovens e adultos, estudantes e trabalhadores¹²⁰.

Pode-se entender que o aumento contínuo dos avanços tecnológicos podem tanto melhorar a vida social das pessoas, como pode dificultar a vida de trabalhadores que não acompanham estas inovações do mundo globalizado.

Pensar a educação de forma ampla significa lutar contra a dicotomia das etapas entre o pensar e o fazer, uma vez que todos os sujeitos, adultos ou crianças, são capazes de construir um saber sobre sua atividade, identificar problemas e resolvê-los, dominando, assim, o processo de apreensão da realidade. A plenitude da formação de que cada ser humano necessita não é, de fato, uma tarefa individual, mas, sim, uma responsabilidade social¹²¹.

A educação está ao alcance de todos, independentemente de sua faixa etária; o que está faltando é o interesse individual, pois todos são capazes de aprender e resolver problemas existentes na sociedade. Infelizmente, porém, nem todos os indivíduos têm consciência de que seja necessário alcançar uma educação plena.

A atividade formativa que, segundo Rodrigues, fica hoje a cargo da escola parece abarcar a tarefa de promover os três aspectos da formação humana: a construção simbólica da realidade, o disciplinamento da vontade e a formação do sujeito ético¹²².

A escola está sendo vista como o foco central da educação e da formação humana, por isso está sobrecarregada, não atingindo seus objetivos com a suficiente qualidade para que a sociedade tenha uma boa formação profissional e social.

¹²⁰ CAMPOS, Regina Célia Pereira. *Subjetividade e trabalho docente em cursos de educação a distância*. 2002. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação/Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

¹²¹ CAMPOS, 2002, p. 50–51.

¹²² CAMPOS, 2002, p. 52.

Seria necessária uma revolução na escola para garantir-se a formação humana dos indivíduos: mudanças na estrutura ou nos currículos escolares, formação de professores, redefinição de tempos e espaços escolares¹²³.

Segundo Campos (2002), para uma formação de boa qualidade são necessárias várias modificações na estrutura, com ambiente apropriado e valorização do professor.

Campos (2002) acredita que não se pode pensar em formação humana sem pensar na formação da criança, de sua infância à sua velhice. Cada criança nasce com sua própria individualidade, o que a torna única; observa-se que o ser humano passa por mudanças estruturais, físicas e mentais¹²⁴.

O desenvolvimento da criança é contínuo; ressalta a autora que o crescimento físico e mental está relacionado com a estrutura em que o ser humano vive.

Hoje é muito importante registrar que muitas crianças não apresentam fases de desenvolvimento tão lineares ou constantes, em decorrência de fatores diversos, como o vínculo afetivo-familiar rompido, carências socioeconômicas ou por ser arremessadas no mercado de trabalho¹²⁵.

É necessário lembrar que, no mundo globalizado, nem todos tiveram as mesmas condições educacionais, começaram cedo a ingressar no mercado de trabalho, assim não conseguiram uma boa formação.

Essa perspectiva de pensar o sujeito como capaz de um desenvolvimento que vai além do que ele atingiu revoluciona a proposta de educação e de formação humana, uma vez que *desnaturaliza* as deficiências e cria novos parâmetros para pensar as avaliações pedagógicas¹²⁶.

Segundo Campos (2002), é necessário rever a estrutura educacional; a formação não está conseguindo acompanhar os avanços tecnológicos atuais.

Analisar as relações de trabalho na perspectiva da formação humana pressupõe pensar o trabalho como essencial à vida de todo o ser humano¹²⁷.

O trabalho torna-se uma forma de o ser humano mostrar o seu valor e superar suas capacidades. Acrescenta Campos:

¹²³ CAMPOS, 2002, p. 53.

¹²⁴ CAMPOS, 2002, p. 54.

¹²⁵ CAMPOS, 2002, p. 55.

¹²⁶ CAMPOS, 2002, p. 56.

¹²⁷ CAMPOS, 2002, p. 57.

Pode-se pensar que a atividade de trabalho, acionadas pelos motivos de competição de mercado e por demandas do setor de produção e de tecnologias, proponha como desafio profissional aos trabalhadores o objetivo de cumprir metas mais amplas e atingir patamares mais sólidos de produção¹²⁸.

Diariamente a competitividade aumenta e o trabalhador tem de mostrar-se cada vez mais apto para o mercado de trabalho.

O trabalhador, ao lidar com a tecnologia, vai aos poucos adquirindo uma segurança que lhe “possibilita *dominar* a técnica e realizar o objetivo a ser cumprido, não é, porém, tarefa simples. Existe uma ferramenta e ela ressignifica uma série de coisas que antes já estavam postas”¹²⁹.

Sendo assim, percebe-se que o trabalhador adquire experiência por meio de erros e acertos. Em concordância com a ideia da autora, hoje se pode constatar que o mercado de trabalho procura somente profissionais realmente capacitados. E notam-se universidades que não capacitam e muito menos humanizam seus profissionais.

Atualmente se deve ver a educação não somente em sua concepção formal, mas, sim, em um âmbito que conceba outros espaços formativos como família, Igreja e também o trabalho.

3.2 Legislação educacional brasileira: algumas considerações

Os pesquisadores que se dedicam à educação infantil, bem como aqueles que se preocupam mais diretamente com o processo de constituição do direito à educação, são unânimes em afirmar que, no Brasil, a Carta Magna de 1988 é um marco na definição dos direitos da criança e do adolescente e, de modo específico, da primeira infância¹³⁰. Reconhecem a década de 1980 como um período de grande mobilização social em torno da criança e do adolescente.

Craidy (1994), *apud* Silva (2009), afirma que se constitui, na sociedade brasileira, uma nova doutrina da infância, na qual a criança deixa de ser um objeto

¹²⁸ CAMPOS, 2002, p. 58.

¹²⁹ CAMPOS, 2002, p. 59.

¹³⁰ CAMPOS *et al.*, 1995, *apud* SILVA, 2002, p. 64.

de tutela e passa a figurar como sujeito de direitos. A autora afirma ainda que a criança passa a ser cidadão com direitos de ter uma infância digna.

Diante da definição da responsabilidade do Estado com a educação da criança de zero a seis anos, Craidy afirma que “a Constituição de 1988 significa um marco histórico para a redefinição doutrinária e para o lançamento dos princípios de implementação de novas políticas para a infância”¹³¹. A partir de 1988, o Estado passou a ser responsável pelo ensino fundamental e ensino médio e lançou novas políticas para atender às necessidades referentes à formação.

Craidy acrescenta que tanto a Constituição e, posteriormente, a regulamentação por parte do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990), quanto a LDB – Lei n.º 9.394/1996 (BRASIL, 1996) –, e a Lei do Fundo (Lei n.º 9.424/1996), estabelecem a competência dos municípios com relação à educação infantil, permanecendo os estados federativos corresponsáveis pelo ensino fundamental e pela educação infantil. O Estado divide a responsabilidade da educação infantil com os municípios, assim os estados permanecem corresponsáveis pela educação infantil e pelo fundamental, oferecendo apoio financeiro.

A LDB, além de regulamentar direito à educação infantil, distinguindo creche e pré-escola apenas por subfaixas etárias (0–3: creche; e 4–5: pré-escola), inova ao considerar a educação infantil como primeira etapa da educação básica (art. 29), devendo integrar os sistemas de ensino. Decorre daí a definição do profissional na carreira do magistério (art. 62), bem como a necessária articulação da educação infantil com o ensino fundamental. A LDB define a educação infantil por faixas etárias de zero a três anos: creche; e de quatro a cinco anos: pré-escola. A educação infantil é o início da aprendizagem que dá suporte para o ensino fundamental.

O acesso a creches e pré-escolas está previsto na Constituição de 1988, o que denota o reconhecimento de necessidades distintas no que se refere à família e à criança. Ou seja, o reconhecimento do direito à creche não se faz somente considerando as possibilidades de desenvolvimento e bem-estar infantis no ambiente coletivo em idade anterior a escolarização obrigatória. Ao prever o direito

¹³¹ CRAIDY, 1994, p. 19, *apud* SILVA, 2009, p. 64.

de pais e mães trabalhadores, a Constituição brasileira reconhece também a necessidade das crianças em razão de sua condição de trabalhadores.

A Constituição garante o direito de pais e mães trabalhadores de contarem com um lugar seguro para deixar a criança enquanto trabalham. Apesar de este direito ser assegurado por lei, os governantes não vêm cumprindo com seus deveres, uma vez que a quantidade de creches e pré-escolas oferecidas não é suficiente para o número de crianças que necessitam desse atendimento.

Não se trata, no entanto, de direito universal, estendido a toda a população dessa faixa etária, mas, apenas, àquelas crianças cujas famílias o demandarem, uma vez que o preceito constitucional prevê que a educação obrigatória se inicia aos seis anos, sendo a educação infantil uma opção da família.

3.3 Princípios norteadores da formação

“A crise do mundo moderno tem sido com frequência identificada como decorrente de decisões políticas eticamente injustas”¹³², causando um efeito de mudanças de caráter radical e irreversível na vida do indivíduo, havendo, assim, uma crescente tendência de ambivalência, as quais não conseguiram traduzir perfeitamente na realidade brasileira, fato esse que se reflete nas ações tanto em âmbito macro quanto micro.

De acordo com Costa *et al.* (2009), a desumanização e a crise na conduta moral têm sido produto de injustiça por parte da sociedade, pois atualmente a crise tem tomado conta da conduta sociomoral e do raciocínio, formando pessoas desumanas que não se importam com os problemas do meio em que se estão inseridas.

Percebe-se que, quando a autora relata os problemas que vêm ocorrendo desde a Antiguidade, depara-se com a realidade idêntica àquela em que se vive atualmente¹³³.

Cada pessoa tem direito à máxima liberdade desde que compatível com igual liberdade para as outras pessoas. Entre essas liberdades estão compreendidas

¹³² COSTA *et al.*, 2009, p. 90.

¹³³ COSTA *et al.*, 2009, p. 91.

aquelas de reunião, de discurso, de votar e ser votado, de consciência, de pensamento, de propriedade, de não prisão arbitrária e de desapropriação.

Conforme Costa *et al.*, cada um impõe fatos marcantes, outros consideram uma disposição para ação. Observa-se que é uma simples experiência de conhecimento moral e ético que liga os acontecimentos do mundo moderno.

Costa *et al.* (2009), citando Kant, afirmam que

[...] a lei moral não pode ser justificada por razões que só possam ser obedecidas pelas suas finalidades em si, deve basear-se no conceito de pessoa boa não procede do dever não por medo de punição ou porque vai perder a recompensa ou a felicidade¹³⁴.

Para os autores, porém, o homem em si deveria ter o seu próprio conceito do dever, de uma boa pessoa, independentemente de ser punido ou não.

Costa *et al.* referem-se a Piaget, afirmando que ele “[...] verificou que por meio do jogo com seus pares as crianças vão aprendendo as regras morais, passando de um estágio de heteronomia”¹³⁵.

Ressalta-se que a crise do mundo moderno tem sido, com frequência, identificada como decorrente de decisões políticas eticamente injustas; a conduta humana, como apontado pelo autor, tem aumentado muito a questão da moralidade. Percebe-se na visão dos autores que esta conduta tem que ser bem trabalhada desde pequeno.

“Piaget concorda com Durkheim em que a moralidade se estabeleça em um contexto social. Entretanto questiona a ideia de que exista um só tipo de regras e um só tipo de autoridade que leve à obediência dessas regras”¹³⁶.

Cada autor tem a sua maneira de propor como seria a educação, um concordando com o outro, e uns discordando de outros. O que na realidade Piaget, apresenta como conduta é a especificação do dever e da obrigação moral para a formação de cada criança dentro do seu espaço, tempo e limites, procurando desenvolver a sua capacidade de ver e de ouvir e de identificar suas diferentes necessidades.

Kohlberg concordava com Piaget que precisamos focalizar as estruturas cognitivas das crianças para entender como elas pensam a respeito das

¹³⁴ COSTA *et al.*, 2009, p. 94.

¹³⁵ COSTA *et al.*, 2009, p. 95.

¹³⁶PIAGET, *apud* COSTA *et al.*, 2009, p. 96–97.

questões morais. Diferentemente de Piaget, defendia que o raciocínio moral evolui até a adolescência e início da juventude¹³⁷.

Kohlberg, em relação ao pensamento de Piaget, não só discorre sobre a linguagem da criança, como também debate os problemas emocionais que a criança possui, quando ela passa a ter um raciocínio melhor, distribuindo os conhecimentos que ela atribuiu e procurando o respeito mútuo na sociedade em que ela convive e na escola, que é o lugar em que ela desenvolve sua capacidade de aprender e respeitar o próximo dentro dos limites que lhe são impostos.

Costa *et al.* (2009) citam a teoria de Kohlberg a respeito da moralidade; ele propôs três níveis de desenvolvimento moral: pré-convencional, convencional e pós-convencional¹³⁸.

Ao apresentar esses três níveis, o autor ainda destacou que cada nível tem estágios, ou seja, estes são formados por seis estágios. Fez ainda uma revisão de sua teoria para observar o desenvolvimento sociomoral do indivíduo.

Entende-se que o autor usa seis estágios para relatar as questões morais e a sociedade:

- a) 1.º estágio: entende-se que o indivíduo evita ser imoral por causa das regras e castigos que poderia aplicar na sua vida.
- b) 2.º estágio: seria a troca de interesses, ou seja, uma pessoa torna-se individualista e só pensa nos seus interesses próprios.
- c) 3.º estágio: expectativas interpessoais, ou seja, adota uma atitude amável, ou seja, interessa-se pelos outros e pelos seus sentimentos; o indivíduo mantém uma relação de lealdade, confiança e respeito.
- d) 4.º estágio: citada a manutenção do sistema social, ou seja, a pessoa de consciência de manter ordem na sociedade e o dever de cumprir o que se comprometeu a cumprir.
- e) 5.º estágio: fala sobre os direitos prioritários, doa valores e os contratos sociais de uma sociedade, mesmo que entre em conflitos com as regras e com as leis, pois se deve estar consciente de que cada pessoa tem uma variedade de valores e opiniões.
- f) 6.º estágio: que os princípios universais éticos, ou seja, esses princípios são fundamentais pela ética do indivíduo.

¹³⁷ KOHLBERG, *apud* COSTA *et al.*, 2009, p. 98–99.

¹³⁸ KOHLBERG, *apud* COSTA *et al.*, 2009, p. 100–103.

Costa *et al.* (2009), citando Power Higgs e Kohlberg, consideram que a atmosfera moral ou o clima institucional influenciam a competência moral dos sujeitos¹³⁹.

Para melhorar essa atmosfera moral, esta deve ser baseada em princípios de democracia e de justiça. Os seres humanos, atualmente com o êxito da globalização, obtiveram muitas mudanças sociais; talvez indiretamente possam influenciar-se, se esses indivíduos na sua infância foram bem desenvolvidos e trabalhada a sua moralidade.

Costa *et al.* (2009), citando Valle, afirmam que “[...] a formação ética dos cidadãos. Em uma democracia, essa formação supõe a construção da condição de uma participação pela vida comum”¹⁴⁰.

Na questão acima, o indivíduo, tendo essa participação plena na vida comum, permitir-se-á deliberar e refletir sobre o que vem a ser a felicidade de cada indivíduo, como é que ela é, o que acontece e como fazer para alcançar essa tal felicidade. O homem em si busca sua identidade a sua liberdade, o que reflete hoje na sociedade é a classe social, a preocupação moral é pouco presente nos dilemas relatados por adolescentes.

Ao observar-se o processo de evolução da humanidade, constata-se a presença marcante das descobertas, inovações e os avanços, estreitamente relacionados ao espírito aventureiro, à inquietude, ao inconformismo e à capacidade inquisitiva dos seres humanos.

Percebe-se, então, que começou na Grécia a *história da educação*, com o sentido para a realidade educativa atual. De fato, são os gregos quem, pela primeira vez, estabeleceu a educação como problema, mas foi no século V a.C, com os sofistas e depois com Sócrates, Platão, Isócrates e Aristóteles, que o conceito de educação alcançou o estatuto de uma questão filosófica.

Surgiram os primeiros ideais educativos: a *Paideia*. A palavra *paideia* significa simplesmente criação dos meninos; este significado da palavra está muito longe do elevado sentido que mais tarde adquiriu.

Segundo Jaeger (1995, p.112), os gregos deram o nome de *Paideia* a “todas as formas e criações espirituais e ao tesouro completo da sua tradição, tal como nós o designamos por *Bildung* ou pela palavra latina *Cultura*”¹⁴¹.

¹³⁹ HIGGES & KOHLBERG, *apud* COSTA *et al.*, 2009, p. 104–105.

¹⁴⁰ VALLE, *apud* COSTA, 2009, p. 102.

A educação e o processo de formação humana são tópicos que se entrelaçam e andam similarmente, pois se percebe que a educação envolve o sujeito no seu *todo* (no seu habitat, meio em que vive), tanto em aspectos culturais, sociais, religiosos e materiais, sendo a formação o englobamento de tudo isto.

Platão entendia que a educação é necessária para a formação do espírito. Ao processo de ensino caberia o conhecimento; a informação, já na educação, caberia a parte que visa à boa conduta, à vida, às virtudes.

Assim, a formação ética que se tem como sujeito é uma forma de expor as virtudes e também de representar as competências humanas, fornecendo subsídios para uma vida social produtiva e capaz de promover propostas e mudanças.

A necessidade de aperfeiçoamento da educação é uma função da combinação desta palavra com a busca de uma sociedade mais ativa no sentido de buscar atitudes mais coerentes, como trabalhar o cenário vivido pelos alunos, como política, esportes, atualidades regionais e internacionais, incentivando a habilidade crítica, elaboração de conceitos, entre outros.

Diante das crises evidentes que o mundo moderno vem demonstrando neste início de século, em todos os âmbitos do saber e do fazer humano, principalmente no âmbito da Educação, encontram-se os conceitos de autonomia, emancipação e liberdade que remete a sociedade mais uma vez a refletir sobre as novas competências para educação.

3.4 Contribuições do Relatório da Unesco: “Os Quatro Pilares”

Segundo Delors (1997), o desenvolvimento global das interdependências, portanto, é revelador dos descontroles do ser humano com a vida. Em outros termos, vivem-se os multiriscos projetados pelo mundo do capital, do lucro e do levar vantagem em tudo (“lei do Gérson”). Um dos riscos que é possível presenciar e “sentir” na humanidade é o denominado mal-estar social, ofuscando-se um horizonte para muitos.

¹⁴¹ JAEGER, W. *Paideia: a formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

Acredita-se que somente pela democratização é possível vivenciar uma interdependência real, solidária, humana entre as nações, pois são possíveis experiências na democracia do mundo global enquanto se registram dados alarmantes como o que segue:

No mundo, mais de um bilhão de seres humanos vivem numa pobreza abjeta, passando a maior parte deles fome todos os dias e, que de 120 milhões de pessoas no mundo estão oficialmente no desemprego e muitos mais ainda no subdesemprego¹⁴².

Para Delors (2003) a prática pedagógica deve preocupar-se em desenvolver aprendizagens fundamentais, que serão para cada indivíduo os pilares do conhecimento: aprender a conhecer indica o interesse, a abertura para o conhecimento, que verdadeiramente liberta da ignorância; aprender a fazer mostra a coragem de executar, de correr riscos, de errar, mesmo na busca de acertar; aprender a conviver traz o desafio da convivência que apresente o respeito a todos e o exercício de fraternidade como caminho do entendimento; e, finalmente, aprender a ser, que talvez seja mais importante por explicitar o papel do cidadão e o objetivo de viver.

Aprender a viver juntos, aprender a viver com os outros – um dos maiores desafios da educação é a aprendizagem, uma aprendizagem que construa a cada dia um ser humano pacífico, capaz de valorizar as diferenças e não se supervalorizar mediante os outros grupos; não alimentar preconceitos, tirando a competição e a busca por um sucesso individual. Infelizmente a educação por diversas vezes em sua aprendizagem contribui para esta rivalidade.

Para finalizar, tal situação lamentável cabe à educação contribuir para a interação entre grupos, mas, num contexto igualitário, em que os objetivos e projetos sejam comuns. Delors afirma que:

Parece, pois, que a educação deve utilizar duas vias complementares: num primeiro nível, a descoberta progressiva do outro. Num segundo nível, e ao longo de toda a vida, a participação em projetos comuns, que parece ser um método eficaz para evitar ou resolver conflitos latentes¹⁴³.

Segundo Delors (2000), a hipótese de encarar o ato de aprender como mais importante do que o de ensinar é considerar a aprendizagem mais relevante do que

¹⁴² *A cúpula mundial para o desenvolvimento social.*

¹⁴³ DELORS, Jacques *et al.* *Educação: um tesouro a descobrir.* São Paulo: Cortez/UNESCO, 2000. p. 97.

o conhecimento; tomar o aprender a fazer como prioritário em relação às competências e às habilidades adquiridas e consolidadas; enfim, proclamar o processo com mais significativo do que as estruturas constitui uma grande novidade.

Novos entendimentos sobre “aprender a conhecer”, que também é “aprender a fazer”, “aprender a conviver” e a “aprender a ser”, que são umas das formas de relação e da ética pedagógica (os quatro pilares da educação)¹⁴⁴.

Essa reflexão deve ocorrer para que se possa compreender e educar, ensinar a pensar sobre os diversos problemas existentes, diante dos diferentes contextos culturais de uma sociedade que se altera profundamente dia a dia em seus processos de socialização e de formação.

Assim, para Delors “A educação deve transmitir, de fato, de forma maciça e eficaz, cada vez mais saberes e saber – fazer evolutivos, adaptando-se à civilização cognitiva. Pois são as bases das competências do futuro”¹⁴⁵.

Observa-se, segundo Delors, que na indústria, especialmente para operadores e técnicos, o domínio do cognitivo e do informativo nos sistemas de produção torna um pouco obsoleta a noção de qualificação profissional e leva a que se dê muita importância à competência pessoal.

O progresso técnico modifica as qualificações exigidas pelos novos processos de produção. As tarefas puramente físicas são substituídas por tarefas de produção mais intelectuais, mais mentais, como o comando de máquinas, a sua manutenção e vigilância, ou por tarefas de concepção, de estudo de organização à medida que as máquinas se tornam mais *inteligentes* e que trabalho se desmaterializa.

A tarefa do educador é árdua, e ele precisa conscientizar-se de que estão em suas mãos também a contribuição e o dever como agentes de mudança e formadores de caráter do espírito das novas gerações. Segundo Delors:

Os professores têm um papel determinante na formação de atitudes – positivas ou negativas – perante o estudo. Devem despertar a curiosidade desenvolver a autonomia, estimular o rigor intelectual e criar as condições necessárias para o sucesso da educação formal e da educação permanente.¹⁴⁶

¹⁴⁴ DELORS, Jacques (Coord.). Os quatro pilares da educação. *In: Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortez, 1998. p. 89–102.

¹⁴⁵ DELORS, 1998, p. 89.

¹⁴⁶ DELORS, 1998, p. 152.

É na relação professor e aluno na prática do seu dia a dia que poderá ser desenvolvida também esta formação, que não consiste em simplesmente em transmitir informações ou conhecimentos, mas apresentá-los sob a forma de problemas a resolver, situando-os num contexto e colocando-os em perspectiva de modo que o aluno possa estabelecer a ligação entre a sua solução e outras interrogações mais abrangentes.

Deve-se para isso preparar cada indivíduo para compreender a si mesmo e o outro, por meio de um melhor conhecimento do mundo, compreensão das relações que ligam o ser humano ao seu meio ambiente, na perspectiva de uma educação que se estenda ao longo de toda a vida. Para Delors (2006, p. 101) “a educação ao longo de toda a vida baseia-se em quatro pilares: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser”.

Delors (1996) explica que a educação é um mundo complexo e agitado, mas podem-se tirar dele as próprias ferramentas para usufruí-lo da forma mais criativa e que possa gerar bons resultados, pilares estes que propiciam uma avaliação importante do processo ensino–aprendizagem, pois parte do interesse do sujeito até a parte do reconhecimento pessoal.

Nesta questão, que vai ao encontro do que ensina Noddings (2002) sobre a reciprocidade, no sentido de um trabalho mútuo, em que existe uma troca, o professor possibilita uma situação que gera o interesse e vai proporcionando vivências e conhecimentos para formar, assim, um conhecimento e, por consequência, o aluno reconhece-se como cidadão. Este reconhecimento gera a devolução do trabalho do educador.

É indispensável que o educador procure conhecer o educando em todos os aspectos para melhor desempenho tanto do aluno como do professor, pessoal e profissionalmente. A relação pedagógica visa ao pleno desenvolvimento da personalidade do aluno no respeito pela sua autonomia. O professor precisa saber que no processo ensino–aprendizagem o aluno aprende com o professor e este aprende com seu aluno. O uso do diálogo é indispensável para a prática pedagógica, pois por meio dele o educador desenvolve no aluno o seu senso crítico e sua autonomia, a sua capacidade de exercer sua cidadania.

Também para Paulo Freire o educador (professor) deve desenvolver uma relação constante entre teoria e prática com seus educandos, em que jamais o professor poderá ser um mero transmissor de conhecimento, mas, sim, um grande

agente de transformação educacional. “A prática docente crítica, implicante do pensar certo, envolve o movimento dinâmico, entre o fazer e o pensar [...] Pensar certo – e saber que ensinar não é transferir conhecimento é fundamental pensar certo”¹⁴⁷.

É neste contexto que os autores Delors (1998) e Freire (1996) trazem uma reflexão (modelo ideal de educação) diante da pluralidade dos contextos socioeducacionais que travam a multiplicidade e o reconhecimento de um mundo transformador, em que o ato de *educar* tome novos moldes e técnicas, que se renovam, e constantemente, renovam os objetivos da educação.

3.5 Educar para quê? Algumas contribuições

Para Assmann (2001) o processo educacional, a melhoria pedagógica e o compromisso social têm que caminhar juntos, e um bom ensino da parte dos docentes não é sinônimo automático de boa aprendizagem por parte dos alunos.

A importância da primeira educação é tão grande na formação da pessoa que podemos compará-la ao alicerce da construção de uma casa. Depois, ao longo da sua vida, virão novas experiências que continuarão a construir a casa/indivíduo, relativizando o poder da família¹⁴⁸.

De acordo com o autor, é imprescindível melhorar qualitativamente o ensino nas suas formas didáticas e na renovação e atualização constante dos conteúdos. Ele define que educar não é apenas ensinar, mas, criar situações de aprendizagem nas quais todos os que aprenderam possam despertar-se mediante sua própria experiência do conhecimento.

Ainda para Assmann “educar é fazer emergir vivências do processo de conhecimento”¹⁴⁹. O *produto* da educação deve levar o nome de experiências de aprendizagem e, não simplesmente, aquisição de conhecimento supostamente já pronto e disponível para o ensino concebido como simples transmissão.

¹⁴⁷ FREIRE, 1996, p. 43–54.

¹⁴⁸ LACAN, 1980, *apud* BOCK, Ana Mercês Bahia *et al.* *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia*. São Paulo: Saraiva, 1989. p. 143.

¹⁴⁹ ASSMANN, Hugo. *Metáforas novas para reencantar a educação – epistemologia e didática*. Piracicaba: Unimep, 2001. p. 32.

Segundo Assmann (2001), conclui-se que a educação demonstra uma série de descobertas fascinantes acerca de como se dá a experiência do conhecimento na vida das pessoas.

Ele se fundamenta na convicção de que hoje há condições de entender melhor a relação indissolúvel entre processos vitais e processos de conhecimento, não apenas no sentido do ditado (vivendo e aprendendo), mas, no sentido profundo, que leva o ser humano a compreender que a própria vida se constitui intrinsecamente mediante processos de aprendizagem.

Ele ainda mostra que a complexidade deve transformar-se num princípio pedagógico para simples razão de que os docentes devam estar atentos às formas complexas que assumem na vida dos aprendentes essa relação entre os processos vitais e processos do conhecimento. Segundo essa perspectiva, acredita-se em reformas curriculares no ensino universitário brasileiro que efetivamente contribui para a formação de profissionais.

A educação só consegue *bons resultados* quando se preocupa com a geração de experiências de aprendizagem, criatividade para construir novos conhecimentos e habilidades para saber *acessar* fontes de informação sobre os mais variados assuntos.

Portanto, dentro desta realidade que sirva de base, auxílio e ponto de partida para reflexões nos novos moldes do sistema educacional e de seus educadores, principalmente sobre a ética e a competência educacional na busca de um desenvolvimento de novas potencialidades, para uma educação competente, dentro das novas exigências impostas pela cultura, ética e cidadania.

No decorrer da história, pode-se constatar que os professores foram desenvolvendo seu papel em diferentes ocasiões; hoje, evidentemente, encontra-se em crise de desprestígio.

Assmann (1998) refere-se à educação como o fluir das vivências no processo do conhecimento. O produto da educação deve levar o nome de experiências de aprendizagem e, não, simplesmente aquisição de conhecimento supostamente já pronta e disponível para o ensino concebido como simples transmissão.

Deluiz (2000) afirma que no quesito competências se envolvem vários aspectos e, não somente, saberes disciplinares, mas, sim, a capacidade de mobilização para resolver problemas e enfrentar imprevistos.

Os precedentes estudados em sala de aula no processo de formação estão no sentido de desenvolver profissionais com uma visão mais ampla e, não somente, pessoas – profissionais robotizados que estão no ambiente acadêmico visualizando uma didática estruturada e pronta.

Atualmente se depara com docentes que fazem os alunos pensarem, avaliarem e buscarem uma opinião, uma resposta. Atividades que instigam o aluno a refletir relacionam-se com o que Noddings (2002) ensina sobre o objetivo do cuidado. O *cuidador* encontra seu objeto de cuidado em uma atitude, transmitindo a ele sentimentos e entendimentos.

Assmann (1998) explica que, no processo educacional, a melhora do processo pedagógico e do compromisso social tem que estar juntos, pois um bom ensino da parte dos docentes não é sinônimo automático de boa aprendizagem por parte dos alunos, ou seja, há uma pressuposição equivocada de que uma boa pedagogia se resume num bom ensino.

De acordo com Assmann (1998), é imprescindível melhorar qualitativamente o ensino nas suas formas didáticas e na renovação e atualização constante dos conteúdos propostos.

Assmann (1998) ainda esclarece que educar não é somente ensinar, mas, criar situações de aprendizagem nas quais todos os aprendizes possam despertar, mediante sua própria experiência de vida.

Conforme Assmann (1998), há a apresentação de uma série de descobertas fascinantes acerca de como se dá a experiência do conhecimento na vida das pessoas. Há também a oportunidade de entender a complexidade da transformação do princípio pedagógico pela simples razão de que os docentes devam estar atentos às formas assumidas na vida de seus alunos, pois essa relação assume um papel importante no processo de conhecimento.

Nesta perspectiva percebe-se que, se utilizados os processos educacionais expostos pelos autores citados no estudo acima, poder-se-ia contribuir muito para a formação de cidadãos e profissionais mais dinâmicos e motivados a enfrentarem o mercado de trabalho disponível no país.

O incentivo ao melhoramento do sistema educacional promove um sentimento de cidadania, que significa o cumprimento dos direitos e deveres básicos e comuns dos indivíduos que integram a nação.

Cabe salientar que, como complemento do descrito anteriormente, o autor Pedro Demo defende a educação *re-constitutiva*, em que o nível educacional se atinge quando aparece um indivíduo capaz de questionar, para que se desperte desde criança um espírito de incentivo a elaboração de ideias e ideais.

Nesta perspectiva a sala de aula passa a ser um cenário, sendo a aula o papel secundário e o aluno o protagonista. Busca, porém, ressaltar que o professor é o orientador atento nesta cena (DEMO, 2000). Na mesma perspectiva sugerida pelo autor, os avanços tecnológicos na educação exigem propostas educacionais com métodos virtuais, ou seja, uma aprendizagem virtual, pois as crianças da atualidade apresentam uma facilidade enorme de raciocínio e do trabalho com instrumentos da informática no geral.

A partir dessa concepção, é importante o que diz Freire: “a prática docente crítica, implicante do pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre fazer”¹⁵⁰. Pensar certo e saber que ensinar não é transferir conhecimento, é fundamentalmente pensar certo.

Assim, verifica-se que a metodologia tradicional tem a necessidade de transformação. Neste contexto, Delors (1996) sugere um modelo de educação ideal, diante das diversidades dos contextos sociais e educacionais de cada pessoa, na busca de novas potencialidades, para uma educação competente, dentro dos novos parâmetros educacionais.

A educação integral, segundo Jaerger (1995), surge como uma maneira de inserir o homem no mundo social e de disciplinar os seus impulsos naturais; promover habilidades necessárias à produção e *re-produção* das condições próprias de existência; prepará-lo para compreender como participar de um processo civilizatório, no qual se torna responsável com o bem-estar pessoal e dos outros, e com incessante busca da felicidade. Ele se torna, então, um sujeito autônomo, capaz de estabelecer relações de equilíbrio emocional entre paixão e razão.

Pedro Demo (2005) afirma, ao contrário do que se apresenta, que as informações não surgem de fora, mas são elaboradas pelo sujeito. São apenas necessários alguns componentes para estimulá-lo. A prática da pesquisa torna-se um método de fabricação contínua para o conhecimento. Para o autor é impossível, neste sentido, facilitar a vida do aluno, como se a aula apenas pudesse repassar

¹⁵⁰ FREIRE, 1996, p. 43–54.

resumos e fórmulas, evitando a leitura, pesquisa e questionamento. Levanta também algumas questões referentes à educação em seu conceito pleno.

Primeiro, para que o aluno aprenda bem é necessário que ele possa estudar com um professor que conseqüentemente possa aprender bem, pois a capacidade do professor de aprender bem é uma das condições centrais da boa aprendizagem do aluno. O professor que não consegue manejar o conhecimento não pode levar o aluno a manejar o conhecimento (DEMO, 2005).

Segundo, é fundamental organizar o currículo em torno da pesquisa. Não dar aula apenas, mas, reservar um tempo maior para o compromisso de reconstruir conhecimento, avaliando o aproveitamento do aluno por meio de sua elaboração própria, individual ou coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Feita a pesquisa bibliográfica e documental sobre as questões éticas nos vários momentos da história que formam o sistema educacional e todas as suas implicações – legislação, propostas educacionais, amadurecimento humano, relação docente–discente, as contribuições dos filósofos sobre educação e formação –, nota-se que são fatores que cooperam para discussões e propostas de amadurecimento acerca das questões de cidadania.

Torna-se evidente também que a história possibilita mostrar a abrangência e o sentido da educação, da formação e das questões éticas e, assim, podem-se entender os discursos e as ações humanas. Percebe ainda que o mundo dos homens é resultado (não generalizado) das atividades dos próprios homens. Por outro lado está fundamentada a possibilidade de que os próprios homens superem esta forma de sociedade e construam outra.

Três blocos de resultados são percebidos no decorrer da pesquisa, assim delineados: o primeiro, a partir da ausência da ética nas propostas de ensino fundamental e os problemas que decorrem disso; segundo, as contribuições de Illich e Freire – nota-se que os dois autores são categóricos e reais nas suas explanações e propostas de desenvolvimento social, baseado no desenvolvimento humano.

A discussão sobre a educação e seus processos de ensino–aprendizagem gera discussões e diferentes opiniões. Para Illich o fato de a escola não oferecer uma ligação direta entre teoria e realidade do aluno, em que os conteúdos aplicados são pragmáticos, não justifica a permanência do aluno na escola, pois essa escola não está preparando-o para enfrentar os desafios impostos pela sociedade.

No entendimento de Freire, a educação faz-se com reflexão e discussão; o debate pode enriquecer o aprendizado e fortalecer o senso crítico do aluno. O sistema educacional dentro desses parâmetros pré-estabelecidos com conteúdos teóricos que não priorizam o conhecimento e a liberdade do aluno no processo de aprendizagem é o fator que mais empobrece o ensino.

Assim, o que se observa é que, mesmo com todas as dificuldades enfrentadas na sala de aula, seja pela imposição de conteúdos que não desenvolvem no aluno o desejo pela busca e pelo conhecimento, a educação é

necessária e está em constante evolução, embora essa evolução aconteça de forma lenta.

A autonomia tão discutida abre um leque de questionamento sobre onde se estabelece a questão do saber, entendendo esse saber tanto pessoal quanto para a vida. Coloca em xeque algumas ações de instituições, mas acredita-se também que é pelas instituições que pode acontecer uma reviravolta.

Percebe-se também que no novo contexto escola–sociedade todos crescem juntos: professor, escola, comunidade, com novos sistemas de trabalho, associando-se às escolas as ideias de núcleos, em que um conjunto de pessoas trabalha, não só desenvolvendo o professor, como criando novas aprendizagens do exercício da profissão docente – com sólida formação científica e cultural, com domínio da língua, didática, com conhecimentos tecnológicos, articulador de conteúdos educacionais, interdisciplinaridade, com profundos conhecimentos de sua área de atuação. E que estabeleçam relações de integração da sua com outras áreas do conhecimento (interdisciplinaridade); que haja alguém que valorize quem apreende, visando à melhoria da aprendizagem, do conhecimento, das habilidades e competências dos educandos.

Parece claro que, no desenvolvimento da pesquisa em torno da ética no ensino fundamental, os componentes sobre ética que poderiam organizar e efetivar a formação integral do homem ou cidadão ficam de lado pelo sistema educacional brasileiro.

Disto decorrem distintas estruturas explicativas para a ausência da efetivação de princípios éticos que possam articular de forma conjunta a competência e a formação humana.

Os aspectos históricos revelam que em vários períodos ocorrem situações adversas, que de acordo com interesses particulares promovem esta ou aquela formação.

O segundo bloco de resultado versa sobre a ideia de formação do ser humano ético a partir da ideia de educação presente na reflexão filosófica de como se deve portar um adolescente ou jovem na sociedade.

Assim sendo, o processo de formação pode estabelecer um elo de sucesso futuro e contínuo a partir dessas propostas e situações deixadas pelos filósofos, e os formadores podem motivar o adolescente ou o jovem para que possam surgir cidadãos capazes de buscar o bem para si, para o outro e a sociedade.

Nota-se que os filósofos sustentam a ideia de que não basta ao ser humano nascer bem, desenvolver-se e estudar; deve também desenvolver o senso crítico, saber distinguir o bem e o mal. Além disso, deve discutir sobre o que seja mais ético, lembrando sempre que ética está ligada ao que é bom para os outros, deixando de lado a preocupação com o que é bom para si. Praticar o bem deve estar inserido no contexto de bem maior, bem a todos. Portanto, a formação de valores e a adoção de determinadas condutas é importantíssima para a formação humana.

A pesquisa revela também que a educação foi e sempre será o principal instrumento para a formação humana e para o desenvolvimento das competências e habilidades.

Foi constatado também que existe uma falha para eleger quais princípios nortearão a formação do cidadão por causa das diversidades existentes no sistema educacional brasileiro, sendo este o terceiro e último bloco de ponderações acerca da pesquisa, ou seja, as contribuições da teoria educacional que podem permitir repensar o ensino fundamental como espaço de construção da cidadania do aluno e do docente.

Os documentos que regem a estrutura educacional brasileira, notadamente a partir da Constituição de 1988, trazem princípios que garantem a autonomia, a convivência e o bem-estar humano.

O fato é que a preocupação sobre a ética no ensino fundamental se explica pelos fatos dos problemas sociais e da degradação do homem, bem como a necessidade de estabelecer-se o papel de todas as instituições na colaboração para a formação integral do indivíduo, ou seja, não só para o mercado de trabalho, mas, sim, para a vida toda.

Considera-se também que as mudanças de comportamento e de responsabilidade, assim como as leis criadas para proteger o indivíduo, devem estar em sintonia no sentido de formação integral e, não apenas, para o convívio.

Pode-se interpretar também que a prática e a teoria estão distantes dos processos de formação, não tendo uma sequência lógica para a efetivação da escola ou da sociedade.

Espera-se que futuramente o sistema educacional brasileiro, com seus documentos, possa fortalecer os princípios, meios e condições para efetivar-se a formação e que num prazo curto possam os membros da sociedade mudar em valores e atitudes.

Pode-se, portanto, considerar que está ocorrendo no Brasil uma mudança qualitativa no panorama educacional brasileiro, é, porém, lento. Resulta disso uma nova escola, nova sociedade e um novo homem, dando um fim na intolerância e criando laços de compromisso de todos.

Entende-se, então, que o ensino fundamental deve focar-se no indissociável binômio educar–viver e, além de promover o infante com situações ricas em experiências diversas, deve cultivar o afeto nas relações professor e aluno. A mera formalidade nesse estágio do processo educativo pode comprometer profundamente o futuro desempenho da criança na aprendizagem. Assim, para promover o desenvolvimento da autonomia e a cidadania, essenciais a um crescimento saudável, o ensino fundamental deve ter por base a ética.

É oportuno mencionar que as diretrizes para o ensino fundamental, embora sintetizem os princípios indispensáveis ao ensino de crianças, constituem um fértil documento do qual professores, e demais integrantes da cena escolar, poderão extrair e mesclar a seus postulados mudanças realizadas durante suas experiências a respeito da formação no ensino fundamental.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da educação*. São Paulo: Moderna, 1989.
- ADORNO, Theodor W. *Educação e emancipação*. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1995.
- ADORNO, Theodor W. *Educação após Auschwitz*. Tradução de Wolfgang Leo Maar. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003. p. 119–138.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1993.
- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Introdução, tradução e notas de António de Castro Caeiro. São Paulo: Atlas, 2009. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%89tica_a_Nic%C3%B4maco>. Acesso em: 9 out. 2010.
- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W. D. Rosá. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção Os Pensadores).
- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Martin Claret, 2008.
- ASSMANN, H. *Metáforas novas para reencontrar a educação epistemológica e didática*. 2. ed. Piracicaba: Ed. Unimep, 1998.
- BECKER, A. *O papel da filosofia na educação para o desenvolvimento sustentável*. 2008. 87 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Organizações e Desenvolvimento, Centro Universitário Franciscano, UNiFAE, Curitiba, 2008.
- BOFF, Leonardo. *Ética e moral*. A busca dos fundamentos. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BOFF, Leonardo. *Saber cuidar*. Ética do humano – compaixão pela terra. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 199 p.
- BOCK, Ana Mercês Bahia *et al.* *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia*. São Paulo: Saraiva, 1989.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Competência e valores na concepção curricular do novo ensino médio*. Brasília: MEC, 1997.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros curriculares nacionais*. Brasília: MEC/Seneb, 1999.

CAMPOS, Regina Célia Pereira. *Subjetividade e trabalho docente em cursos de educação a distância*. 2002. Tese (Doutorado em Educação)—Faculdade de Educação/Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles*. São Paulo: Brasiliense, 1994. 1 v.

COELHO, Maria I. de Matos; COSTA, Anna E. Bellico da. *A educação e a formação humana – tensões e desafios na contemporaneidade*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

COMPARATO, Fábio Konder. *Ética: direito, moral e religião no mundo moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 720 p.

DE LA TAILLE, Yves. *Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas*. Porto Alegre: Artmed, 2006. 189 p.

DELORS, J. (Org.) *et al.* Os quatro pilares da educação. In: DELORS, J. *Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortez, São Paulo, 2000. p. 89–101.

DELORS, Jacques (Coord.). *Educação: um tesouro a descobrir*. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. 4. ed. São Paulo: Cortez; Brasília/DF: MEC/Unesco, 1999.

DELUIZ, N. A Globalização econômica e os desafios à formação profissional. *Boletim Técnico Senac*. Rio de Janeiro, 2000.

DEMO, P. *Educação e conhecimento*. Relação necessária, insuficiente e controversa. Petrópolis: Vozes, 2000.

DEMO, Pedro. *Sociologia da educação*. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://artigos.netsaber.com.br/>>. Acesso em: 12 out. 2010.

DURANT, Will. *Os grandes pensadores*. 7. ed. Tradução de Monteiro Lobato. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 21. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Ética, utopia e educação*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FREUD, Sigmund. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Edição Standard Brasileira. Traduzido do alemão e do inglês sob a direção geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GENTILI, Pablo. Adeus à escola pública. A desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino da educação das maiorias. In: GENTILI, Pablo (Org.). *Pedagogia da exclusão*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

GOKHALE, S. D. A família desaparecerá? *Revista Debates Sociais*. Rio de Janeiro, CBSSIS, ano XVI, n. 30, 1980.

HART, D. *O desenvolvimento da identidade moral*. Nebraska: University of Nebraska Press, 1997. p. 165–196. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010173302001000300013&script=sci_arttext&tlng=es:>. Acesso em: 9 out. 2010.

IMBERT, Francis. *A questão da ética no campo educativo*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

ILLICH, Ivan. *Sociedade sem escolas*. Petrópolis: Vozes, 1977. Título original: *Deschooling society* (New York: Marion Boyars, 1971).

JAEGER, W. *Paideia: a formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

KANT, Immanuel. *Theoretical philosophy*. 1755–770. Tradução de Desidério Murcho. Edição de David Walford e Ralf Merbote. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p. 2:306–7.

KÜNG, Hans. *Projeto de ética mundial*. Uma moral ecumênica em vista da sobrevivência humana. São Paulo: Paulinas, 1992. 215 p.

LINS, M. J. S. da C. Maturidade ética e identidade moral: a construção na prática pedagógica. *Revista Diálogo Educ.* Curitiba, v. 9, n. 28, p. 633–649, set./dez. 2009.

LUKESI, Cipriano Carlos. *Filosofia da educação*. São Paulo: Cortez, 1994.

MENESES, João Gualberto de Carvalho *et al.* *Estrutura e funcionamento da educação básica*. São Paulo: Pioneira, 1998.

MO SUNG, Jung, DA SILVA, Josué Cândido. *Conversando sobre ética e sociedade*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. 117 p.

NODDINGS, Nel. *Uma abordagem feminina à ética e à educação moral*. O cuidado. Ed. Universidade Vale do Rio dos Sinos, 2002.

NÓVOA, A. A formação de professores e profissão docente. *In*: NÓVOA, A. (Org.). *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

NUNES, Paulo de Almeida. *Educação lúdica – o prazer de estudar técnicas e jogos pedagógicos*. São Paulo: Loyola, 1998.

NIETZSCHE, Friedrich. *A genealogia da moral*. Tradução de Joaquim José de Faria. São Paulo, Centauro, 2008.

PADOVANI, Umberto; CASTAGNOLA, Luís. *História da filosofia*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1954.

PEGORARO, Olinto A. *Ética e justiça*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. 132 p.

PERISSÉ, Gabriel. *Filosofia, ética*. Barueri: Manole, 2004.

PILETTI, Nelson. *Estrutura e funcionamento do ensino médio*. São Paulo: Ática, 1999.

PLATÃO. *Diálogo*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

REALLE, Giovanni; ANTISERI, Dário. *História da filosofia*. 2. ed. São Paulo: Paulus, 1991. 1 v.

ROSSEAU, J. J. *Émile*. Paris: Éditions Garnier-Flammarion, 1966.

ESPÍNDOLA, Arlei de. *Jean-Jacques Rousseau, o Contrato Social, e as bases do corpo político*. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2008.

SAHD, Luís. *A noção de liberdade no Emílio de Rousseau*. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/trans/v28n1/29409.pdf>>. Acesso em: 9 out. 2010.

SPINOZA, Bento de. *Tratado teológico-político*. Tradução de Diogo Pires Aurélio. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SINGER, Peter. *Ética prática*. São Paulo: Martins Fontes, 1994. 399 p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: BARREIRA, César (Ed.). *Sociologia e conhecimento além das fronteiras*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2006.

SARTRE, J. P. *As palavras*. Tradução de J. Guinsburg. 6. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1964.

SOUZA, Herbert. *Ética e cidadania*. São Paulo: Moderna, 1994.

TARDIF, Maurice. *O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

VASQUEZ, Adolfo Sanches. *Ética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

VERGNIÈRES, Solange. *Ética e política em Aristóteles*. São Paulo: Paulus, 2000.

XAVIER, C. M. S. *Da álgebra à enfermagem: um caminho de mão dupla*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ensino de Matemática, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

ZEICHNER, K. Novos caminhos para o practicum: uma perspectiva para os anos 90. In: NÓVOA, A. (Org.). *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1997.